



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

Handwritten signatures and initials.

ATA NÚMERO ONZE

**ATA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA
REALIZADA NO DIA DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE.** -----

----- Ao segundo dia do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, na sua quinta sessão ordinária, convocada pelo seu Presidente, António Gonçalves Bragança Fernandes, em edital datado de dezoito de novembro com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:** -----

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal; -----
2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal; -----
3. Período da Ordem do Dia: -----
 - 3.1. Apreciação e votação da ata n.º nove de dois mil e dezanove; -----
 - 3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal; -----
 - 3.3. Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de dois mil e vinte; -----
 - 3.4. Autorização prévia da Assembleia Municipal e Delegação de Competências no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – GOP e Orçamento Municipal para dois mil e vinte; -----
 - 3.5. Alteração do mapa de pessoal e montante máximo com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalhos previstos e não ocupados no mapa de pessoal para o ano de 2020 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia; -----

- 3.6. Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Mais Relevantes para o quadriênio de dois mil e vinte – dois mil e vinte e três. Orçamento Ordinário para o ano de dois mil e vinte dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Maia; -----
- 3.7. Reajustamento do apuramento da dívida bruta efetuado no Relatório de Gestão dois mil e dezoito apresentado em abril dois mil e dezanove relativo às entidades: Lipor, Fundação do Desporto, Fundação da Juventude, Fundação de Serralves e APCT – Associação Parque Ciência e Tecnologia; -----
- 3.8. Postura de trânsito na Rua de Macau e Rua de Timor, freguesia de Águas Santas; --
- 3.9. Postura de trânsito na Rua Ponte de Moreira, freguesia de Moreira; -----
- 3.10. Postura de trânsito nos arruamentos envolventes à Cidade Jardim, na freguesia da Cidade da Maia; -----
- 3.11. Postura de trânsito na Rua Conselheiro Araújo de Barros, na freguesia do Castelo da Maia; -----
- 3.12. Postura de trânsito na Coroa Central Urbana, na freguesia da Cidade da Maia; ----
- 3.13. Relatório da Atividade da Comissão de Transportes e Mobilidade no primeiro semestre de dois mil e dezanove; -----
- 3.14. Prestação de Contas – Relatório de Gestão Semestral da Câmara Municipal da Maia; -----
- 3.15. Documentos Previsionais 2020 das empresas municipais: -----
- 3.15.1 Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.; -----
- 3.15.2 Maiambiente, E.M.; -----
- 3.15.3 Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M. S.A.; -----
- 3.15.4. Fundação do Conservatório de Música da Maia. -----
- 3.16. Relatório de Execução Orçamental – Segundo trimestre de dois mil e dezanove da Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.M.; -----

3.17. Recalendarização da despesa associada a projetos cofinanciados inscritos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM), no âmbito do PEDU e outras candidaturas – alteração ao orçamento da receita e da despesa para dois mil e dezanove; -----

O Senhor Presidente, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes, deu início aos trabalhos com uma saudação a todos os presentes, saudando todos os Deputados à Assembleia da República que deixaram de o ser que era o caso da Dra. Emília Santos e do Dr. João Torres, acrescentando que este foi novamente eleito e era Secretário de Estado, endereçando-lhes parabéns em nome da Mesa, por todo o trabalho desenvolvido em prol do distrito e de Portugal. Endereçou também uma palavra de apreço à Dra. Márcia Passos, eleita Deputada, desejando-lhe as maiores felicidades e que tudo corresse bem, defendendo o distrito e a Maia em particular. Deu de seguida nota dos seguintes pedidos de substituição: Senhor Deputado Luís Filipe Vasconcelos Gil, que foi substituído pela Senhora Flávia Raquel Silva Caseira; Senhor Deputado Francisco José Couto e Silva, que foi substituído pela Senhora Maria de Fátima Silva; Senhor Deputado, Rui Miguel de Sousa Moreira, que foi substituído pela Senhora Maria João Neno Escobar e pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Castelo da Maia, Manuel Moreira Azenha, que foi substituído pelo membro do Executivo, Luís Filipe Rodrigues Barros. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos **um a quatro**. Esteve ausente o Senhor Deputado Carlos Santos Teixeira. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os cidadãos interessados em intervir no Período de Intervenção do Público, que o poderiam fazer, após preenchimento do impresso próprio, lembrando que não poderiam intervir por um tempo superior a cinco minutos, sem direito a resposta. Abriu as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia, solicitando que se houvesse documentos para votação, que os mesmos dessem entrada na Mesa, para que a mesma se pudesse organizar.-----

1. Período de Antes da Ordem do Dia, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo primeiro do Regimento da Assembleia Municipal: -----

----- Inscreveram-se os (as) Senhores (as) Deputados (as): -----

Carla Susana Fernandes Ribeiro, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **cinco**. -----

Manuel Alfredo da Rocha Maia, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **seis**. -----

Maria Clara da Costa Lemos, após cumprimentar todos os presentes, colocou a seguinte pergunta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: na cerimónia de apresentação do projeto do Centro de Investigação para a Saúde Humana e Animal, no passado mês de outubro, o Senhor Presidente referiu e tinha percebido que a aquisição do terreno “cedido”, no valor de três vírgula cinco milhão de euros. Questionou se a sua percepção tinha sido ou não correta, e a ser correto, questionou também quando tinha ocorrida a compra deste terreno. De seguida, leu o documento identificado com o número **sete**. -----

Cristiana Maria Monteiro Carvalho, após cumprimentar todos os presentes, deu nota que a Coligação “Um Novo Começo” tinha sido abordada, recentemente, por um grupo de encarregados de educação de crianças que frequentavam o pré-escolar do Centro Escolar da Grandra, dando conta da existência desde o início de outubro, de um buraco no limite do espaço do recreio escolar, colocando em risco a segurança das crianças que frequentavam aquele espaço. A informação facultada foi que esta situação tinha sido reportada pela Coordenação da Escola e Direção do Agrupamento à Câmara Municipal, desde o início de outubro, sem que qualquer medida tenha sido tomada e as famílias foram informadas pela Escola que a Câmara Municipal se encontrava a fazer um levantamento exaustivo das intervenções necessárias em todos os edifícios escolares do Concelho para, posteriormente, virem a intervir. Claramente que esta situação não era algo que pudesse ser adiado,





merecendo uma intervenção rápida, dado que estavam a falar de um espaço utilizado por crianças de três a cinco anos, em idade pré-escolar e que colocava em risco a sua segurança e integridade física. Felizmente, a Junta de Freguesia de Águas Santas, eleita pela Coligação “Um Novo Começo”, interveio rapidamente, assim que teve conhecimento da situação, estando já agendada a intervenção para a resolução deste problema. Apesar de esta situação estar em vias de resolução, não podiam de deixar de denunciar a inércia deste Executivo e, principalmente, questionar se existiam mais situações como esta, pois da mesma forma que tiveram conhecimento de uma situação na freguesia de Águas Santas, quem garantia que não ocorreria semelhante nas outras Freguesias e não tinham como saber. Realçou que não era possível que estas situações urgentes estivessem à espera de um levantamento e de um agendamento posterior. -----

Manuel Cristóvão Martins de Sá Pimenta, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **oito**. -----

Maria de Fátima Silva, após cumprimentar todos os presentes, leu os documentos identificados com os números **nove e dez**. -----

Pedro Miguel Machado Marques, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **onze**. -----

Rui Leandro Alves da Costa Maia, após cumprimentar todos os presentes, usou a palavra para apresentar uma discordância face à forma não explicada de atribuição de subsídios aos clubes desportivos por parte da Câmara Municipal da Maia: na ausência de uma explicação com fundamentos em critérios de justiça e de equidade assistia toda razão aos lesados, aos clubes, aos atletas e aos familiares de recorrerem de forma organizada perante as entidades competentes face a atitudes discriminatórias na atribuição de subsídios por parte da Câmara Municipal da Maia. O que estava em causa era a atribuição de subsídios aos clubes desportivos do concelho da Maia, na época dezanove/vinte, tendo em vista o apoio de equipas

que disputavam campeonatos oficiais, nacionais e regionais, em diversas modalidades. Seguidamente, deu nota de um pouco de história desta situação: os Vereadores da Coligação “Um Novo Começo”, na reunião de aprovação dos apoios para o ano de dois mil e dezoito, realizada a dezoito de janeiro de dois mil e dezoito, fizeram constar na ata o seu voto contra, tendo em conta a inexistência de qualquer documento justificativo de apoios a atribuir às equipas do concelho da Maia. Foram na altura solicitadas as atas desportivas dos clubes bem como os apoios atribuídos ao longo dos últimos anos sem que, lamentavelmente, em cumprimento da habitual atitude antidemocrática, nunca nada lhes tivesse sido entregue. Na reunião da aprovação dos apoios para o ano de dois mil e dezanove, realizada a três de dezembro de dois mil e dezoito, o Executivo assumiu o compromisso de levar à reunião congénere as fórmulas de atribuição dos subsídios para serem discutidos e modificados, trazendo maior justiça, equidade e a devida transparência. Lamentavelmente, mas conforme atitude recorrente, o Executivo não tinha cumprido. Na reunião extraordinária de onze de novembro de dois mil e dezanove, o Executivo do Senhor Eng.º António Domingos da Silva Tiago apresentou e fez aprovar a proposta de apoio a cinquenta e dois clubes, para a época de dezanove/vinte, no valor de um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e quarenta e seis euros e três cêntimos, dando como suporte da decisão uma singela folha A4, que nada explicava ou justificava, não apresentando qualquer fórmula ou métrica que sustentasse a lógica e a transparência do processo. Entretanto, e tal como tinha que ser, com os dinheiros públicos, tinham que ser geridos com rigor e transparência e a distribuição dos meios entre os clubes tinha que ser justa e equitativa, os Vereadores da Coligação “Um Novo Começo” votaram contra, não pactuaram nem pactuavam com o que consideravam explanado na respetiva declaração de voto ser e citou ”...uma gestão de apoios baseada em puro livre arbítrio, autoritária e manipuladora de modo a manter as instituições reféns da boa vontade unilateral do Executivo Camarário”. Mais apresentou algumas notas adicionais que ajudariam

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

com insuspeita propriedade, a perceber o que estava em causa e a solicitar a inflexão dos atos que, injustamente, tinham sido contidos pelo Executivo do Senhor Presidente, Eng.º António Domingos da Silva Tiago. O Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República já teve a oportunidade de se pronunciar sobre o assunto, sendo de sublinhar que decorria da exigência e transparência da atividade administrativa e do respeito pelos princípios da igualdade, de justiça e de imparcialidade, a imposição no plano ético-jurídico de prévia comunicação aos concorrentes de referida pauta de avaliação das propostas a apresentar com todos os micro critérios que constituíam os respetivos coeficientes de ponderação. Mais acrescentou que proceder de outro modo, continuando a citar, salientando os micro critérios e compondo a grelha de avaliação apenas depois da abertura das propostas, era a todos os títulos, prática incorreta porque incompatível com aqueles princípios e com a necessidade de transparência de atuação da Administração. O dever de imparcialidade traduzia-se na obrigação da ponderação comparativa das candidaturas a qual nas palavras de Marcelo Rebelo de Sousa implicava um apreciável limite e discriminação administrativa. Era doutrina assente que a obscuridade ou a insuficiência dos fundamentos correspondia a falta de fundamentação como aliás se concluía da leitura do artigo cento e cinquenta e três do Código do Procedimento Administrativo. Finalmente, mas diria mais importante porque inclusive uma fundamentação constitucional adequada sempre observaria três princípios essenciais: o princípio da suficiência, o princípio da clareza e o princípio da congruência, de tal modo que se verificava existir uma relação de adequação e consonância entre os pressupostos normativos do ato, de facto e de direito e dos motivos do mesmo, devendo por isso considerar-se como equivalente a falta de fundamentação a adoção de fundamentos que, por contradição, não esclareciam concretamente o motivo do ato. Além do que a fundamentação dos atos administrativos, ainda assinalável uma importante função objetiva como regra essencial do dever da norma administrativa que visava assegurar uma correta e ponderada realização dos interesses

públicos, ou seja, legalidade, imparcialidade, justiça e eficiência. Assumindo o exposto e reiterando a posição expressa pelos Vereadores da Coligação “Um Novo Começo” de reclamação da atribuição de apoios justos para todos, com regras, independentemente das preferências político-partidárias dos dirigentes institucionais e das instituições e do repúdio a uma política de mão estendida, com o compromisso de informar a população e as entidades que sobre o processo deveriam intervir, sobretudo solicita-se que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, observando os preceitos legais e dadas as devidas explicações aos Deputados das alterações que introduziria em tempo que não excedesse o ano civil de dois mil e dezanove, revesse a política de subsídios já atribuída. -----

Ângelo Miguel Costa Augusto, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **doze**. -----

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira, após cumprimentar todos os presentes, deu nota que a sua intervenção visava saudar a apresentação do ambicioso projeto do Centro de Investigação para a Saúde Humana e Animal, do ICBAS, que representava uma mais valia para o Concelho, por tudo que lhe estava associado. Mais referiu que antes de mais, representava um objetivo há muito procurado e perseguido pela comunidade maiata, pois significava a entrada da Universidade do Porto na Maia e o reforço de uma relação antiga da Maia com uma das instituições âncora da verdadeira cidade multimunicipal que era o Grande Porto e dentro da qual, a Maia desempenhava um papel chave. A fixação deste pólo de investigação era também uma oportunidade para a Universidade do Porto que diversificava a localização das suas infra-estruturas e estreitava os seus laços com a Maia e com os maiatos. Por outro lado, era também um projeto inovador dado que englobava uma área e uma dimensão da saúde global, conjugando a saúde humana com a animal, mas também buscava o equilíbrio entre o sistema terra, ar e água como garante da biodiversidade e da sustentabilidade. Por fim, também representava, em particular para a freguesia de Moreira, a possibilidade de



se iniciar a regeneração urbana de uma área que há muito estava necessitada, sendo sem dúvida, um impulso urbanístico para o desenvolvimento de toda aquela urbanização da Quinta do Mosteiro, dando resposta e resolução a alguns problemas que estavam pendentes há alguns anos, esperando que agora tivessem resolução. Por estas razões e por outras que não foram assinaladas, aproveitou a oportunidade para enaltecer a relevância deste projeto para a Maia e saudavam a Câmara Municipal e a Universidade do Porto pela cooperação de esforços, fazendo votos de que este projeto se concretize tão rápido quanto possível. -----

Cândido Joaquim Lima da Silva Graça, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **treze**. -----

Maria João Neno Escobar, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **catorze**. -----

Fernando Miguel Ferreira dos Santos, após cumprimentar todos os presentes, começou a sua intervenção com a leitura de uma moção apresentada na Assembleia de Freguesia de Águas Santas, pelo grupo do Partido Socialista, mas aprovada por unanimidade: “Moção – Pela defesa da atenção/investimento em Águas Santas por parte do Executivo Municipal da Câmara da Maia”: “Decorridos que estão estes dois anos sobre o ato eleitoral autárquico, é de tempo de fazer alguma reflexão e é legítimo que os eleitos locais por Águas Santas expressem o seu sentimento face à atenção esperada por parte do Executivo Municipal da Câmara Municipal da Maia que, afinal passado este tempo, se concluiu ter resultado num profundo abandono. Não podemos esquecer que antes da reorganização administrativa dos territórios das freguesias, em dois mil e treze, feito no âmbito da Lei de vinte e dois de dois mil e doze, de trinta de maio, Águas Santas era a maior e mais populosa freguesia do conjunto das dezassete freguesias do concelho da Maia. Mesmo assim, com vinte e sete mil, quatrocentos e setenta habitantes, segundo os censos de dois mil e onze, ainda representa cerca de vinte por cento da população do Concelho e tem naturalmente razões para esperar que haja uma

especial atenção por parte do Executivo Municipal. Considerando as reduzidas competências e orçamentos atribuídos às Juntas de Freguesia e a forte dependência que quer o território quer a população tem da ação do Executivo Municipal, fica a Freguesia refém das opções, dos critérios, das decisões políticas, dos projetos ou simplesmente das vontades da Câmara Municipal e do seu Presidente”. Deu nota que como o Senhor Presidente tinha que reconhecer, tinha ele próprio toda a responsabilidade no que estava escrito no próximo parágrafo. “Apesar das boas relações institucionais com a Junta de Freguesia e com os elementos do seu Executivo, incluindo a boa relação entre os respetivos Presidentes, temos ao longo de estes dois anos, recebido nota de que há um conjunto de promessas de investimentos a fazer em Águas Santas que não tem passado de isso mesmo, de promessas. Pretende-se com esta Moção manifestar o desagrado pela ação do Executivo da Câmara relativamente a Águas Santas, enumerando para o efeito apenas alguns dos projetos sobre os quais se esgotou já o tempo, mais do que razoável para a sua concretização, a saber: acessos condignos à Junta de Freguesia e ao Centro Cívico, realçando que estes não estavam com o atraso de dois anos, dado que a data do projeto do novo edifício seria o momento para estudar os acessos e preparar os arruamentos, por isso o atraso já tinha cerca de vinte anos. Esta era uma obra fundamental para dotar o Centro Cívico da totalidade das suas capacidades, impedindo vários constrangimentos de acesso ao pólo de serviços que este edifício representa para a freguesia; o trânsito na envolvente da Escola Secundária de Águas Santas, o caos em todos os arruamentos das imediações e o perigo gerado quer para a população residente quer para a população escolar é uma realidade conhecida por todos e uma preocupação recorrente e reportadas imensas vezes à Câmara Municipal pela Junta de Freguesia. Acrescentou que o Senhor Presidente terá a oportunidade de estar com ele próprio no local a atestar o que está a ser dito. São exemplos de sugestões apresentadas à Câmara Municipal a introdução de vias de implementação de zonas trinta em vários arruamentos nas imediações deste estabelecimento





de ensino; alargamento da ponte do Brás-Oleiro e da Rua Os Restauradores do Brás-Oleiro, desde a Rua D. Afonso Henriques, sendo um dos pontos de entrada na freguesia de Águas Santas, um local onde são registadas inúmeras dificuldades de circulação, dado o estrangulamento provocado pela ponte na continuidade de um cruzamento com uma saída de uma superfície comercial e com a proximidade do Amanhã da Criança, que em horas de ponta torna-se um ponto de insegurança para todos os utentes, sendo vários os relatos de problemas existentes nessa zona; acesso ao Maiashopping pela Rua das Camélias e este ponto aqui está já em vias de resolução; alargamento da Rua do Regado, em Sangemil, à semelhança do descrito anteriormente, esta obra também se iniciou por altura das últimas eleições autárquicas, com a movimentação de terras, mas até à data nada ocorreu. Mais uma promessa que continua à espera de ser concretizada. Tenho a confirmação de que há dois anos atrás ou mais, esta rua foi rasgada, os proprietários dessa pequena porção de terreno estavam na disponibilidade de ceder à Câmara essa parte do terreno para o alargamento da rua. Tinha agora a confirmação de que os mesmos já não o vão fazer, já não vão ceder à Câmara Municipal esse pedaço de terreno que tanto facilitava esta boa via; falta de manutenção das passadeiras de peões – é notória a degradação da pintura das passadeiras na Freguesia, sendo constante o pedido de reforço de pintura pela mesma. Preocupado com este motivo de insegurança viária, o Presidente da Junta de Freguesia já deu nota que a Junta estaria na disposição para receber os meios necessários à realização desta competência, mas tal como em todos os casos que apresenta, não houve resposta nem existiu ainda uma intervenção de fundo para resolver este problema. E a par destas passadeiras já existentes, fez pessoalmente e mais tarde por ofício ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, um pedido para pintura de novas passadeiras junto ao Centro Cívico, em final de fevereiro de dois mil e dezanove. E até adianta, que há cerca de duas semanas, estiveram técnicos da Câmara Municipal dentro da Junta de Freguesia a dizer que vinham fazer as pinturas, mas estava a chover. Foi há duas

semanas e não voltaram lá; degradação generalizada das redes viárias – quem circula por Águas Santas apercebe-se com facilidade desta realidade, destas redes viárias degradadas. Tendo já a Junta de Freguesia referenciado uma série de intervenções necessárias, no entanto, de forma estrutural tinham já sido pedidas intervenções na Rua Central de Ardegães e Rua Central de Rebordãos, Rua Nova da Grandra, Rua Guerra Junqueiro e a fatídica Rua D. Afonso Henriques. Reinvidica também a Assembleia de Freguesia uma nova centralidade para Águas Santas. Estes foram os pontos constantes nesta Moção, mas eu acrescentaria muito rapidamente outros casos que estão a dificultar imenso o trabalho diário da Junta de Freguesia: como sabia o Senhor Presidente da Câmara Municipal a falta de uma colaboradora da Câmara Municipal no posto avançado que a Edilidade detém na Junta de Freguesia, desde agosto. Águas Santas está longe do centro do Concelho, não tem os melhores meios de transportes públicos, como é sabido e a Câmara entendeu há algum tempo atrás, instalar um posto avançado no edifício, uma mais valia muito grande de resposta aos fregueses. Ficámos sem a funcionária desde agosto e passado este tempo todo, sistematicamente e diariamente dizemos às pessoas que tem que voltar ao centro da Maia para resolver o problema porque na Junta não davam essa resposta; a construção de uma nova estrutura digna na Pícuia para a prática da sueca: cerca de meia centena de idosos que, diariamente, partilham uma estrutura velha, um contentor sem casa de banho e já tinha pedido ao Senhor Presidente uma estrutura nova ou então que lhe cedesse um bocado de terreno e a Junta de Freguesia construía uma estrutura adequada. Pedia também uma resolução rápida em pedidos constantes de perturbação de ruído em apartamentos por cima de bares que estavam abertos até às quatro da manhã. Estavam em Águas Santas, dois bares situados em áreas residenciais que fazem barulho até às quatro da manhã. A Polícia Municipal sabe do assunto, a PSP já forneceu um relatório das chamadas diárias, pedindo à Câmara Municipal que fizesse uma revisão do Regulamento Municipal de Ruído existente. Falando de arruamentos, não deixo de notar que a

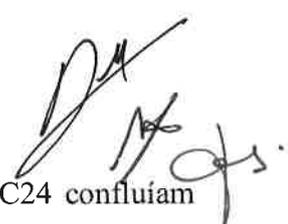


Câmara Municipal da Maia não tem um regulamento municipal de segurança dos complexos desportivos, e sendo a capital do desporto, fazia falta essa ferramenta. Peço também especial atenção para uma ponte sobre o Rio Leça, na zona de Ardegães, que foi vedada ao trânsito a ponte romana, não podendo as pessoas transitar nessa ponte, na única passagem entre a Rua do Pisão e a restante zona de Ardegães. Isto foi fechado há um ano, sem qualquer informação oficial à Junta de Freguesia de que iriam fazer, em breve, alguma obra de reabilitação, mas não o fizeram, pedindo ajuda. Concluo com o Grupo Desportivo de Águas Santas, tendo sido habituados a terem na Freguesia, a última sede da Junta de Freguesia adequada, estavam também agora na eminência de terem o último complexo desportivo municipal porque há mais de dois anos passou para o domínio da Câmara Municipal, foi instalado um relvado sintético e nada mais foi feito. Tem balneários há noventa e tal anos, e estavam exatamente iguais como há noventa e tal anos. Envergonha qualquer aquisantense e particularmente qualquer atleta que vem às nossas terras fazer essa prática. Termino, esclarecendo os colegas que estiveram presentes na cerimónia da apresentação do projeto da unidade dos cuidados continuados em Águas Santas, ao qual dou os parabéns por terem conseguido manter na Maia, e especificamente em Águas Santas, esta ferramenta de estrutura tão importante. Aquando dessa cerimónia, o Senhor Presidente da Câmara cometeu uma enorme gaffe e se se recorda, quando o cumprimentou, e estava ele à esquerda, não sendo um homem de esquerda, cometeu uma gaffe, porque como sabe, sou socialista militante, eleito pelo Partido Socialista, por favor que essa gaffe fica aqui esclarecida perante os colegas que podem ter ficado com alguma confusão na cabeça”. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, António Domingos da Silva Tiago, após cumprimentar todos os presentes, deu nota que relativamente ao parque infantil nos Altos e do Polidesportivo que estavam degradados e vandalizados por jovens e menos jovens que, sem educação cívica, destruíam aquilo que com muito trabalho e esforço financeiro

punham à disposição da comunidade e designadamente da Urbanização referida, bastante densa e que precisava muito destes espaços. Infelizmente, os espaços verdes que existiam eram poucos nesta Urbanização, recordando-se muito bem que há uns anos, propôs à Câmara Municipal a compra de uns lotes que estavam lá constituídos para edificar e para os transformar em espaço verde junto à cafetaria que existia lá em funcionamento. Junto à citada cafetaria existiam mais três edifícios que tinha sido ainda possível não os deixar concretizar, com custos para o erário público porque tiveram que os adquirir. Saliu que tinha tomado nota e iria pedir aos Serviços, porque sabia que os Serviços Camarários estavam a desenvolver um projeto de requalificação daquele equipamento numa ótica como a Senhora Deputada da CDU tinha referido, criando ali melhores condições, condições mais saudáveis para que não seja de novo um espaço de destruição, mas sim um espaço de recreação e de lazer dos jovens e das crianças. Mais acrescentou que tinham feito um Protocolo com o Ministério da Administração Interna para construir na cidade uma esquadra e uma divisão, onde poderiam vir qualquer coisa como cento e trinta/cento e quarenta agentes da PSP e tinha sabido recentemente que este projeto ainda não tinha avançado. Saliu que estava crente que, ao longo destes seis meses, pelo menos o projeto já estivesse em avanço. Mas não estava e, portanto, iria pressionar o Governo e o MAI no sentido de honrar e de cumprir o protocolo assinado nos Paços do Concelho, de forma a se poder ter melhores condições de zelar e de proteger este tipo de equipamentos. Em relação à intervenção do Senhor Deputado da CDU, sobre a Ribeira do Arquinho e a impermeabilização dos solos, os leitos de cheia e a Rua Agostinho da Silva Rocha, que deu uma explicação técnica, deu nota que a pluviosidade que aconteceu não tinha tido paralelo nos últimos cinquenta e três anos. Era verdade que tinham sido atacados por algumas situações que estavam a resolver, informando que, ainda naquele dia, tinha tido uma reunião com a Ascendi que iria fazer uma bacia de dissipação naquela zona onde faleceram dois idosos, num acidente de viação, na saída da A41 para a EN14. Essa





bacia iria ajudar a drenar as águas pluviais que a A41, e anteriormente o IC24 confluíam naquela baixa e que deveria ter sido melhor pensada na construção desta grande infraestrutura rodoviária por forma a que estas situações agora ao fim de trinta anos, não acontecessem. Ainda bem que a Ascendi tinha mudado de mão, os accionistas que eram deixaram de o ser e os novos iriam intervir para criar então essa bacia de dissipação. Também junto ao Maiajardim estivera naquele dia, ao início da tarde, a Sonae que era proprietária daquele centro comercial, e que também estava a estudar conjuntamente com a Câmara Municipal da realização de uma nova bacia de regularização de caudais naquela zona de Requeixo, na entrada para a A41, a partir da antiga N107, a rua mencionada pelo Senhor Deputado da CDU como Rua Agostinho da Silva Rocha. Estava convencido de que com a criação destas duas bacias de dissipação de caudais, o problema poderia ser atenuado ou mesmo dissipar-se por completo. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos, e sobre o Centro de Investigação de Saúde Humana e Animal, deu nota que o terreno veio à posse da Câmara Municipal numa cedência daquela urbanização da Quinta do Mosteiro, que à época a Câmara tinha feito as infraestruturas, tendo ficado lá com áreas de terreno, designadamente esta com cerca de 5 hectares, mas também tinha ficado com uma área de terreno onde estava o edifício da Junta de Freguesia de Moreira e o Centro de Saúde ao lado, com uma área de terreno atrás do edifício da Junta, onde habitualmente se fazia lá uma feira medieval e outros eventos. Também tinha ficado com três ou quatro lotes que estavam neste momento a serem objeto de alinação em hasta pública. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Cristiana Maria Monteiro Carvalho que tinha falado do Centro Escolar da Grandra e de um buraco no recreio, informou que não tinha conhecimento, mas deu nota, no sentido do problema ser resolvido. Teria que falar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, uma vez que ele se tinha disponibilizado para fazer, ou a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal iriam resolver este assunto de imediato. Em relação à intervenção do

Senhor Deputado Manuel Cristóvão Martins de Sá Pimenta sobre a ex-estrada nacional 107, num passeio que, aquando destas grandes chuvadas de outubro, tinha ruído juntamente com o muro de suporte, deu nota que isto também estava a ser desenvolvido, implicando um gasto, e a Câmara Municipal já tinha avançado com o procedimento, tendo ele próprio já despachado, mas quer se quisesse ou não, as coisas demoravam sempre o seu tempo, cerca de três a quatro semanas. Este não era caso único, havendo também já procedimentos para situações em Gueifães e em Moreira. As empreitadas tinham sido entregues a mais do que um empreiteiro, para agilizar a resolução destas situações. A Câmara Municipal protegia o perigo e iriam reparar, com a construção de muros de suporte e depois a reparação dos respetivos passeios. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Maria de Fátima Silva sobre os votos de pesar, deu nota que se associava aos mesmos. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Pedro Miguel Machado Marques sobre a mobilidade, parabenizou-o pela mesma, dando nota que a Câmara Municipal estava muito focada nestas questões, uma vez que faziam parte da Metro e iriam fazer mais parte da STCP. Realçou que a Assembleia Municipal iria ter que se pronunciar sobre as questões da STCP e do concurso público internacional que a Área Metropolitana do Porto iria abrir para concessionar os transportes que iriam existir para além da STCP. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Rui Leandro Alves da Costa Maia sobre a questão dos subsídios aos clubes e da aprovação por parte da Câmara Municipal da atribuição de subsídios para a época dois mil e dezanove e dois mil e vinte, um milhão e duzentos e cinquenta mil euros, para cinquenta e dois clubes, mas tinha-se esquecido de dizer que nesta aprovação, a Câmara Municipal tinha aumentado vinte e cinco por cento em relação à época anterior. A seu ver, considerava ser um caso único no país e na Câmara Municipal da Maia, não se recordando de não ter havido assim um incremento. Isto era importante e o resto eram perceções que cada um tinha o direito de as fazer. O Senhor Deputado da Coligação “Um Novo Começo” entendia que havia discriminação, mas não havia. Havia sim uma forte



vontade de ajudar os clubes e se lhes perguntassem, eles diriam que de facto a Câmara Municipal e ele próprio, enquanto Presidente, ajudavam fortemente os clubes desportivos com dinheiro público, fazendo-o de uma forma sã, equitativa e em função de um conjunto de critérios técnicos. Conhecia e confiava nos técnicos municipais, no Diretor de Departamento, nos Chefes de Divisão e eram eles que, de uma forma muito escrupulosa e técnica, e não numa lógica política e discricionária, propunham que fosse aprovada a atribuição de subsídios em função de um rigoroso conjunto de critérios. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Ângelo Miguel da Costa Augusto sobre o 25 de novembro, dando-lhe os parabéns e as visões de ambos era coincidente. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira sobre o Centro de Investigação de Saúde Humana e Animal, do ICBAS, dando nota que se isto acontecer, e tudo levava a crer que sim, se a Universidade do Porto e o Instituto cumprissem com o acordado com a Câmara Municipal, a Universidade teria um pólo de investigação aqui na Maia, porque o Concelho também fazia parte da Área Metropolitana do Porto e do Grande Porto, sendo a Maia merecedora disso e muito mais. Considerava que isto seria o início de uma longa caminhada a esse nível. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Cândido Joaquim Lima da Silva Graça sobre a unidade de cuidados continuados e de convalescência da Cruz Vermelha, da Câmara Municipal e da ARS Norte, que também era uma parceira que iria poder convencionar a permanência dos utentes nessa unidade de cuidados continuados. Esta era a forma que tinham de garantir o funcionamento eficaz desta unidade, também lhe tinha sido transmitido pelo Senhor Presidente da Cruz Vermelha que cada utente custaria cerca de três mil e seiscentos euros por mês à ARS Norte. Era um esforço considerável do Serviço Nacional de Saúde e só assim era possível ter esta unidade. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Maria João Neno Escobar sobre o voto de louvor do Acro Clube da Maia, deu nota que também se associava ao mesmo, tendo um grande apreço por esta Associação. Em relação à intervenção

do Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, que tinha vindo com um rosário de lembranças, tendo começado por dizer que tinha sido uma moção de desagrado da Assembleia de Freguesia, mas depois ainda complementou com mais algumas lembranças. Poderia ter dito que eram suas as lembranças que não tinha mal nenhum e não era desta forma que se desresponsabilizava da intervenção feita. O facto de ser a Assembleia de Freguesia ou a Junta de Freguesia de Águas Santas e o seu Presidente, era para ele exatamente igual. Em relação aos acessos ao Centro Cívico que já estavam com um atraso de vinte anos ou mais, agora iriam ser feitos. Dentro de pouco dias, iriam ser feitas as escrituras das parcelas de terreno que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia bem sabia e que até tinha começado por ajudar, mas, entretanto, a Câmara Municipal tinha tomado conta do assunto e os Serviços Camarários estavam a resolver a aquisição desses bocados de terreno. Também sabia que aquelas pessoas que eram detentoras desses bocados de terreno para se poder alargar a rua de acesso ao Centro Cívico, demoravam muito tempo a reunir os condomínios, a dar os papéis e a Câmara estava com paciência à espera de tudo isso, para poderem pagar aquilo que a Câmara Municipal já tinha deliberado pagar, que eram cerca de dez mil euros a cada um, para poder alargar a rua, fazer os passeios e criar um acesso imediato ao Centro Cívico. A Câmara Municipal também estava a lutar por um acesso mais franco à Rua D. Afonso Henriques, tendo havido já conversas sobre isso, dado que as pessoas eram difíceis e pensavam que tinham ali alguma mina de ouro, pedindo valores exorbitantes que a Câmara não podia nem devia pagar. Se estas pessoas não estiverem disponíveis em ajudar, o que iria propor era uma expropriação. Saliou que ele próprio não costumava brincar em serviço e se as coisas não se resolviam de acordo com as regras e com base numa relação amigável, cordata e urbana, a Câmara teria que decidir e a Assembleia Municipal porventura, sobre a expropriação. Só estava à espera que respondessem para ir para um processo expropriatório. Com a Assembleia de Freguesia a instigar o Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas e ele próprio a



instigar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, em sede de sessão do órgão deliberativo, sabia muito bem que não precisava disso porque iria mesmo fazer isso, quer gostasse ou não, dado que era uma necessidade. A Câmara Municipal tinha pago cerca de noventa por cento do seu valor e exigia que os acessos àquele Centro fossem dignos. Sobre o trânsito na Escola Secundária de Águas Santas, deu nota que também estavam a ultimar um projeto para criar uma circular e melhorar a acessibilidade à escola. Sobre a ponte do Brás-Oleiro, informou que teve que falar com as Infraestruturas de Portugal porque a ponte estava situada sob a linha ferroviária de Leixões, estando a aferir quem deveria suportar esses custos. Sobre o acesso ao Maiashopping, deu nota que o acesso estava a ser feito, com passeios largos e daqui a poucas semanas, a obra iria ficar pronta. Sobre a Rua do Regado, a obra também estava adjudicada, na curva adiante dos Vencedores de Sangemil, com uma baía de estacionamento. Aproveitou para dizer à Assembleia e para que não houvessem dúvidas, que a Câmara Municipal estava a mandar ofícios às Juntas de Freguesia a evidenciar e a mostrar as adjudicações que a Câmara fazia de todas as obras por freguesia. Mais deu nota que a Câmara Municipal iria comprar a Casa do Regado, dado que só agora foi descoberto o herdeiro em falta e iria lá ser feito um jardim público para o Lugar de Sangemil que bem merecia. Quanto às passadeiras e às pinturas no Centro Cívico e não só, informou que também tinha sido adjudicada uma empreitada e só não tinha andado mais rápido, porque tinha havido umas impugnações dos concorrentes e, portanto, tinha demorado mais tempo. O assunto estava agora resolvido e poderiam dar agora início às pinturas, condicionado ao estado do tempo. Sobre arruamentos e a pavimentação, informou que já tinham aprovado um concurso público para a intervenção nos arruamentos do Concelho, com um valor de sete milhões e quinhentos mil euros. Relativamente ao Posto Avançado da AMA, salientou que a Junta de Freguesia de Águas Santas era a única freguesia, de todas as dez, era a única que tinha tido, até há bem pouco tempo, uma funcionária da Câmara Municipal. As outras Freguesias que tinham Espaço do

Cidadão, não tinham nenhuma funcionária camarária. A funcionária que estava em falta era devido a uma gravidez de risco e teriam que ter alguém para a substituir. Em relação ao “suecódromo”, era importante, mas não era vital, havendo, aliás, um contentor digno para os séniores e idosos, muitos deles nem eram de Águas Santas nem da Maia, mas sim do lado de Ermesinde e de Gondomar, que iam para lá passar o tempo, a jogar à sueca e ao dominó. Tinham também acesso a casas de banho. Em relação à Ponte do Pisão sobre o Rio Leça, onde só passavam peões, era uma estrutura antiguíssima, que estava em colapso. A Câmara Municipal tinha antecipado o risco, tendo tapado o acesso e agora mandou fazer um projeto para reconstruir a citada ponte. A obra não ia ser feita agora no inverno e também não morria ninguém se a mesma estiver intransitável. A obra iria ser feita na Primavera. Em relação ao barulho do Stop Bar, deu nota que em sede de reunião camarária realizada hoje, o assunto estava em vias de resolução, devendo a Câmara decidir se iriam reduzir o horário para as vinte e três horas. Como era do conhecimento a lei era do licenciamento zero e as pessoas com esta faculdade que a Lei permitia, podiam instalar-se com mais facilidade e as pessoas que não eram escrupulosas e civilizadas provocavam estes desacertos. A Câmara Municipal tinha que ter evidências e fundamentos escritos da Polícia Municipal e da PSP para poder mostrar evidência para fechar o estabelecimento ou reduzir o horário. Sobre o campo de futebol de Águas Santas, pensou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia iria dizer que esta Câmara Municipal tinha adquirido o campo que era do Águas Santas e que nem registo tinha, durante mais de quarenta anos. A Câmara para ficar com a sua posse teve de fazer uma escritura de usucapião, depois colocou lá uma relva sintética e os balneários eram os mesmos de há trinta anos, mas já tinham sido alvo de reabilitação por parte da Câmara Municipal. Agora, os serviços técnicos camarários estavam a elaborar um projeto para fazer novos balneários e de um espaço de apoio. Considerava que a Câmara Municipal estava de parabéns

bem como a Assembleia Municipal porque tinham conseguido que viesse à sua posse o campo de futebol e dar-lhe uma qualidade que não tinha. -----

Cristiana Maria Monteiro Carvalho pediu a palavra para dizer que, e também relativamente à intervenção do Senhor Deputado Fernando Miguel Ferreira dos Santos, mas também ao esclarecimento dado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a questão do ruído causado pelos estabelecimentos comerciais e analisando de forma muito rápida, o regulamento dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços do Município, constataram que estava totalmente desfazado da realidade. Efetivamente existia o licenciamento zero que para a maioria dos estabelecimentos comerciais, o início de atividade obrigava unicamente à mera comunicação prévia e não pressupunha que fosse submetido para aprovação prévia dos serviços municipais do horário de funcionamento. Como o regulamento existente era anterior a este procedimento, não estava adequado a esta situação, permitia, estando dentro da legalidade do regulamento, que pudessem estar abertos até horas inadequadas em zonas residenciais, e nesta situação, a Coligação “Um Novo Começo” solicitava a revisão urgente do Regulamento. -----

Rui Leandro Alves da Costa Maia deu nota que ainda não estava esclarecido e acrescentou que os funcionários da Câmara, os técnicos notáveis referidos, respondiam perante o Senhor Presidente da Câmara Municipal e ele respondia perante a Assembleia Municipal. Solicitava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fornecesse à Assembleia Municipal o regulamento criterioso de atribuição de verbas aos clubes porque tinham o direito de perceber e se não percebiam na Assembleia, iriam perceber noutro lado. -----

Fernando Miguel Ferreira dos Santos deu nota que não precisava de se esconder na Assembleia de Freguesia, dado que até hoje veio acompanhado com os restantes membros do Executivo, mas era uma questão de sublinhar perante Assembleia Municipal que até os membros da Assembleia eleitos pela Coligação “Maia em Primeiro” concordaram com este

desmazelo da Câmara Municipal. Mencionou passeadeiras que estavam apagadas há dois anos, tendo dado no devido tempo nota à Câmara Municipal e nada tinha sido feito. O Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha falado de questões como o “suecódromo” que não era vital, mas era vital porque havia centenas de idosos e menos idosos que coabitavam num espaço sem condições decentes; em relação à casa de banho, pediu esclarecimento dado que a Junta de Freguesia se prontificou a fazer a limpeza da casa de banho da Escola da Pícuia, mas não foi aceite pela Escola, retendo as placas de identificação das instalações e as mesmas encontravam-se fechadas. Era óbvio que não ia iniciar uma guerra com a comunidade escolar, mas as professoras preferiam que as pessoas fizessem as suas necessidades à frente das crianças. Relativamente ao acesso ao Centro Cívico, o acesso que falou era de facto o novo que o Senhor Presidente da Câmara tinha falado com ele, tendo ambos achado viável a ligação à D. Afonso Henriques. A que falou de ligação à Rua do Infante, já vinha do anterior mandato e o Sr. Carlos Vieira, e muito bem, tinha encetado uma série de diligências para se fazer o alargamento. Na primeira reunião tida foi há dois anos atrás, na Junta de Águas Santas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal assegurou que esta escritura estaria pronta. Era muito tempo, mais de dois anos. -----

----- Colocada à admissão o Voto de Pesar pelo falecimento de José Mário Branco, apresentado pelo Bloco de Esquerda, documento identificado com o número **dez**, foi o mesmo admitido por unanimidade. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade**. -----

----- Colocada à admissão o Voto de Louvor ao Acro Clube da Maia, apresentado pela Coligação “Um Novo Começo”, documento identificado com o número **atorze**, foi o mesmo admitido por unanimidade. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade.** -----



----- Colocada à admissão o Voto de Louvor e Recomendação ao atleta Braima Dabó do Maia Atlético Clube, apresentado pela CDU, foi o mesmo admitido por unanimidade. -----

----- Inscreveu-se a Senhora Deputada: -----

Carla Susana Fernandes Ribeiro leu o documento identificado com o número **quinze.** -----

----- Colocada à votação, foi o mesmo **aprovado por unanimidade.** -----

----- Colocada à admissão a Moção pelo Programa de Apoio à Redução Tarifária, apresentada pela CDU, foi a mesma admitida por unanimidade. -----

----- Inscreveu-se o Senhor Deputado: -----

Manuel Alfredo da Rocha Maia leu o documento identificado com o número **dezasseis.** ----

----- Colocada à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

----- Colocada à admissão a Recomendação “Estratégia de Proteção e Bem-Estar Animal “Mascote”, apresentada pela Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos, documento identificado com o número **sete**, foi a mesma admitida por unanimidade. -----

----- Não houve inscrições. -----

----- Colocada à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com duas (2) abstenções da CDU.** -----

2. Período de Intervenção do Público, de acordo com o estipulado pelo artigo quadragésimo segundo do Regimento da Assembleia Municipal: -----

----- Inscreveu-se a Munícipe: -----

Rogério Fernando Moreira Gonçalves, morador na Rua António Augusto Rocha Rebelo, 33, r/c, na freguesia do Castelo da Maia, interveio para falar sobre coberturas de amianto e prédios de três andares sem elevadores em empreendimentos de habitação social, lojas na Maia com barreiras de acesso a pessoas com mobilidade reduzida e necessidade de remodelação de algumas rampas - documento identificado com o número **dezassete.** -----

Maria Cidália Cunha Queirós, moradora na Rua 3 de Maio, n.º 435, na freguesia de Pedrouços, interveio para falar sobre o lixo e mau ambiente na citada rua, onde habita - documento identificado com o número **dezoito**. -----

3. Período da Ordem do Dia: -----

3.1. Apreciação e votação da ata n.º nove de dois mil e dezanove: -----

----- Colocadas à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade dos presentes** na respetiva sessão, tendo sido aceite o pedido de retificação à ata pelo Senhor Deputado **David Augusto Duarte Tavares**, devendo na página dezasseis ler-se “deputado” em vez de “vereador”. -----

3.2. Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade municipal (alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º do Regimento) – documento identificado com o número dezanove: -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

3.3. Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de dois mil e vinte: -----

----- Inscreveram-se os Senhores Deputados: -----

Manuel Alfredo da Rocha Maia leu o documento identificado com o número **vinte**. -----

Manuel Cristóvão Martins de Sá Pimenta leu o documento identificado com o número **vinte e um**. -----

Manuel Joaquim Meireles, após cumprimentar todos os presentes, deu nota que não podia deixar de ficar indiferente ao ponto três ponto três e três ponto seis da ordem de trabalhos, tendo sido introduzidos documentos similares da responsabilidade do Senhor Presidente da Câmara e dos Vereadores da Coligação “Maia em Primeiro” cujo conteúdo era ofensivo, extemporâneo e despropositado. Seria suposto que estes pontos da agenda respeitassem só às Grandes Opções do Plano e o Plano Plurianual de Investimentos Mais Relevantes.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.



Acontecia que na documentação recebida para apreciação, distribuída aos Deputados de fls. vinte e nove a trinta e um das Grandes Opções do Plano (ponto três ponto três) e das fls. cinco e seis do Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes (ponto três ponto seis) aparecia um documento intercalado, não discutido nem referenciado na reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no pretérito dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara e os Vereadores da Coligação “Maia em Primeiro”. Depois de analisado, revelava que os seus autores conviviam muito mal com os valores democráticos, não tendo qualquer pudor em atentar contra a dignidade dos representantes do povo, legitimamente eleitos onde vereadores, deputados, competentes trabalhadores com carácter e honra, eram acusados de profundo desconhecimento técnico, postura nada institucional, falsificação deliberada de factos, com o propósito de caluniarem pessoas e instituições e ao ponto de opinarem negativamente sobre a qualidade política dos responsáveis do PS e dos seus próprios eleitores. Aproveitou para deixar claro que a luta era a justa distribuição de riqueza, a transparência e a boa gestão dos recursos públicos, sem interesses pessoais ou outros. Nunca fizeram juízos de valor sobre a qualidade dos representantes do PSD ou Coligação “Maia em Primeiro”, nem era essa a preocupação. Eles próprios se promoviam dentro e fora da maçonaria bem como se deleitavam pela comunicação social, tornando público os feitos ainda que não o fossem. Quando se propuseram travar este combate democrático, tinha sido sem medo e sem tabus, enfrentando ventos e marés para que a Maia fosse de todos e não apenas de alguns, pelo que passou a demonstrar a linhagem desta governação. Os documentos apresentados ao longo dos tempos, elaborados pelas competentes equipas de trabalho, raramente mereciam credibilidade, elas vestiam a roupagem que interessava. Em nenhum momento, o programa eleitoral da Coligação “Maia em Primeiro” anunciava a ruína da Tecmaia, a reserva e a sua má gestão. A Coligação “Um Novo Começo” entendia que a afirmação da Coligação “Maia em Primeiro”

em falsificar factos com o propósito de caluniar pessoas e instituições, só podia acontecer depois de um bom repasto, porque o que tinha acontecido era a Coligação “Um Novo Começo” demonstrar à sociedade e em particular aos maiatos com muitas dificuldades, a pouca transparência da governação. A título de exemplo, reportou o relatório de contas de dois mil e catorze, fundo especial de investimento imobiliário fechado MaiaImo, ativos imobilizados a conhecer aos Vereadores da Oposição: os documentos continham apenas dezanove imóveis, quando na realidade eram vinte e seis e destes destacavam-se o ridículo - a Avenida da Igreja II, Avenida da Igreja I, entre outros. Desmontar esta falsidade só tinha sido possível durante esta legislatura, com muito trabalho. Os dados fornecidos em dois mil e catorze vertiam a qualidade política que só poderia qualificar como falsificação detalhada de factos. Esta maquilhagem como provava a escritura pública que a Câmara Municipal, o Fundo de Investimento MaiaImo e a Caixa Geral de Depósitos efetuaram no Cartório Privativo da CGD, em trinta do doze de dois mil e oito, que continha vinte e seis imóveis. Isto era crime. Todavia, queria sossegar os maiatos que as Avenidas da Igreja não constavam como penhoras porque se assim fosse, já teriam sido vendidas. Serviam apenas para desviar atenções e adiar o conhecimento da destruição patrimonial do Município, destruição cuja responsabilidade cabia por inteiro a esta sucessiva gestão autárquica. Este era o comportamento ao longo do tempo e recentemente, ficaram os Senhores Vereadores da Coligação “Um Novo Começo” privados de aceder aos documentos relativos às regalias, almoços e jantares, custos de assessoria, entre outros. Questionou onde estava a exigência cívica perante os cidadãos maiatos, por nascimento ou opção. Compreendiam que não estavam habituados, o desrespeito era tal que o documento falacioso, entranhado nos dois pontos da agenda, era rigorosamente igual ao ponto de reportar os votos do JPP nas últimas eleições legislativas. Mas queria lembrar que as eleições só se realizaram uma vez e o PS tinha ganho essas eleições legislativas na Maia. Era horrendo pôr em causa a qualidade política dos atuais representantes do PS, que eram homens



e mulheres honrados, livres das amarras partidárias, estavam fora do controle, não dependiam dos subsídios camarários para projeção social e emprego para os filhos ou netos, nem estavam disponíveis para ir de braço dado com eles, para festas ou romarias, pelo que continuariam na luta pela transparência, pelos valores democráticos, pelo respeito e pela diferença de opinião, com a certeza de que estavam ao lado do povo maiato, repudiando esta governação de regime totalitário. -----

Carla Susuna Ferreira Dias, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **vinte e dois**. -----

Rui Leandro Alves da Costa Maia, a propósito das GOP e do Orçamento para dois mil e vinte, pediu esclarecimentos: por um conjunto de considerandos, os Vereadores da Coligação “Um Novo Começo” foram totalmente ignorados na sua legítima pretensão a serem ouvidos na construção da proposta das GOP e respetivo Orçamento. Para quem representava no mínimo o mesmo número de votantes, porque tinham feito e também a Comissão Nacional de Eleições queixava deste ato eleitoral, por considerarem que o mesmo foi irregular; para além das contrariedades que a legislação determinava, uma atitude total de desrespeito pelo eleitorado e de violação da democracia, de desrespeito igualmente expresso numa não compreendida declaração de voto, pós declaração de voto em que o que interessava em mensagem subliminar, apresentar de forma de “achincalho” a quase incapacidade de um partido pequeno fazer política e muito menos colocar em xeque quem governava. O Senhor Presidente da Câmara Municipal, primeiro subscritor deste documento, expressava nas palavras escritas o sentimento que porventura alimentava a sua forma de governar. Tinha que dizer isto cara a cara. Sobre este documento, dariam naturalmente resposta através de quem tinha que a apreciar. Em tantos anos de governação local, e já tinha estado aqui noutros mandatos, não havia memória de uma tal atitude e isso era lamentável. O que tinham relativamente ao documento que importava discutir? Mais do mesmo, opções a pensar na

imagem, na manutenção do poder, o que cada vez ficava mais difícil, um modo de governação absolutamente gasto. Tinham um orçamento pesadamente sustentado em verbas provenientes da Administração Central, desprezo total pelas Juntas de Freguesia que assentava na continuidade de uma política “servilista” que se pautava pelo estender da mão, convocava os Presidentes de Juntas a mendigar perante o Senhor Presidente da Câmara. Não havia visão estratégica, nem delegação de responsabilidades em quem tinha que ser parceiro de território. Isto não era democracia, mas sim uma forma de estar que envergonhava. Pediu ao Senhor Presidente da Câmara para se modernizar e percebendo as virtudes da democracia, como tinha afirmado na sua tomada de posse, abandonasse esta forma de estar. Salientou que já tinham percebido que palavras em si não correspondiam aos atos, dizê-las para quê? Concentrava tantos pelouros e responsabilidade sem que depois, com tanto para fazer, não conseguisse verdadeiramente fazer nada em condições. Talvez a maior amostra de negatividade deste documento estivesse na total falta de visão quanto a uma política de mobilidade e o que era muito lamentável, no contraste habitual, da drenagem de recursos financeiros para alimentar a máquina de montagem de propaganda traduzida nos muitos dinheiros que se transferiam para uma dita imprensa local que, semana após semana, traçava cenários de que o paraíso estava algures na Maia e talvez com a sua governação, se chegasse ao céu. Mais indicou, algumas notas de manifesta incapacidade e de não observância deste documento: orçamento participativo – zero; despolição do Rio Leça – zero; segurança e proteção civil – próxima do zero; território digital – zero; diminuição do passivo contencioso – próximo do zero; revitalização do comércio local e das feiras – próximo do zero; atuação adequada perante empresas municipais altamente deficitárias – zero, sendo este um assunto que os preocupava e ao qual teriam que voltar. Este documento apresentava em valor já realizado dois milhões cento e sete mil duzentos e onze euros relativo a encargos com a dissolução da Tecmaia, não tendo sido explicado quando, em quê e como tinha sido esta verba utilizada. Se for levado em



conta o orçamento para dois mil e dezanove, com dois mil e dezasseis como ano de referênciã, já tinha sido utilizada uma verba de seiscentos mil setecentos e oitenta e dois euros, ficavam a perceber que, durante o ano de dois mil e dezanove, tinha sido utilizada uma verba de um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil quatrocentos e vinte e nove euros que não estava orçamentada. Isto levantava reservas evidentes este modo de atuação, dado tratarem-se de verbas utilizadas para pagar as dívidas pessoais dos administradores da Tecmaia, ato merecedor de condenação pelos tribunais administrativos e em face de recurso. Mais acrescentou que votariam contra porque este documento não servia a população do concelho da Maia. -----

Pedro Miguel Machado Marques leu o documento identificado com o número **vinte e três**.

Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira deu nota que a sua intervenção visava falar sobre o conjunto de declarações políticas que também surgiram anexas às GOP e Orçamento, designadamente a declaração de voto dos Vereadores da Coligação “Um Novo Começo”, e em concreto, o ponto treze que fazia referência a uma série de indicadores. Acrescentou que ao longo destes anos, foi-se habituando a ler estas declarações de voto que apareciam anexas a esta documentação, e muitas vezes não procurando saber ou analisar com alguma profundidade a origem dos indicadores. Mas, desta vez, porque tinha achado que estava a tomar muitas “colheres de chá”, tinha decidido verificar, não com a profundidade pretendida, mas com a mínima exigível, para perceber que de facto havia algumas incongruências na realidade traçada na declaração de voto, nomeadamente no ponto treze, relativo aos indicadores no município da Maia, no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, era uma realidade subjetiva e que era conveniente para os Senhores Vereadores da Coligação “Um Novo Começo”. Começavam por colocar, mais uma vez, em causa o trabalho dos funcionários e colaboradores do município da Maia ao dizerem que os documentos financeiros que tinham ao dispor, não espelhavam a realidade do Município. Isto era muito

mau, colocando de facto em causa, a honra quer dos políticos, mas sobretudo também dos técnicos que elaboraram e preparavam esses documentos. Em seguida, tentou perceber qual o critério utilizado para a seleção dos indicadores. Também não tinha conseguido perceber, constatando que seria um critério da conveniência da Coligação “Um Novo Começo”. Pegando em alguns desses indicadores, constatou desde logo uma imprecisão: quando se referiam aos Municípios que apresentavam maior dependência financeira, na declaração de voto a Maia estava situada na posição de vigésima oitava, mas na página quarenta do Anuário Financeiro ficava claramente evidente que era a vigésima posição. Não tinha havido aqui rigor salvo a existência de alguma gralha de quem tivesse escrito a declaração. Havia outros indicadores que a Coligação “Um Novo Começo” podia a bem da verdade, e de espelhar a realidade mais próxima daquilo que de facto era, e podiam acrescer aos já indicados no documento, designadamente, os Municípios que, em dois mil e dezoito, tinham apresentado mais peso nas receitas provenientes de impostos, taxas e licenças, em que a Maia surgia no oitavo lugar; Municípios com a maior diferença do IMI cobrado e do IMI a cobrar, caso fosse à taxa máxima de zero vírgula cinco por cento e aí chegariam à conclusão que na Maia, cada munícipe, cada habitante poupava quarenta e sete euros em consequência da política do IMI encetada pelo Município, abdicando a Câmara Municipal de cerca de seis milhões e quinhentos mil euros para o poder de compra dos seus habitantes e depois podiam também olhar para o indicador dos vinte Municípios com melhores resultados operacionais e aí, constatariam que a Maia estava em quarto lugar. Havia outro indicador que não constava no documento, tendo ficado espantado, porque representava o cômputo geral da análise dos vários indicadores que eram presentes no Anuário Financeiro, que era o ranking global dos Municípios. Percebia a seleção conveniente, mas este era o ranking global e os Vereadores da Coligação “Um Novo Começo” por uma questão de honestidade intelectual, deveriam ter feito pelo menos referência a este. Mas se calhar não era muito conveniente, porque neste





ranking global, a Maia surgia entre os Municípios de maior dimensão, no décimo terceiro lugar, e no contexto do distrito do Porto, era o segundo melhor Município, só superado pelo Porto. Havia ainda uma referência final a alguns dados estatísticos do INE que confessava não ter percebido qual era o relatório ao qual tinham ido buscar aqueles dados. Solicitava ser esclarecido ou então, em futuras declarações de voto, serem mais explícitos e precisos na fonte dos dados. -----

José Paulo Rodrigues Cerqueira, após cumprimentar todos os presentes, leu o documento identificado com o número **vinte e quatro**. -----

Alberto Carlos Pires dos Reis e Santos, após cumprimentar os presentes, leu o documento identificado com o número **vinte e cinco**. -----

Cândido Joaquim Lima da Silva Graça leu o documento identificado com o número **vinte e seis**. -----

Maria Clara da Costa Lemos em relação às GOP e Orçamento para o ano de dois mil e vinte e sendo este o terceiro orçamento deste mandato, deu nota que acarretava uma responsabilidade acrescida. Salientou, de seguida, três pontos que considerava os mais importantes: continuava a verificar-se os incumprimentos do Estatuto do Direito à Oposição, consagrado na Lei número vinte e quatro barra noventa e oito de vinte e seis de maio. Na realidade, era um direito que o Executivo reiteradamente se alheava de forma injustificada e desnecessária e a situação do Rio Leça com a inexistência de uma estratégia concisa que permitisse o curso de água assim como a revitalização das suas margens. Por outro lado, congratulava-se com os investimentos no âmbito da mobilidade. -----

Paulo Sérgio Fernandes da Rocha prescindiu do uso da palavra. -----

António Fernando Gomes de Oliveira e Silva prescindiu do uso da palavra. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota que o orçamento municipal da Câmara era de noventa e oito vírgula dois milhões de euros,

superior ao do ano transato em dez milhões, que juntamente com os orçamentos dos SMAS, Maiambiente, da Espaço Municipal e da Empresa de Estacionamento somados, o Município apresentava um orçamento global de cento e quarenta e um milhões vírgula seis. Era um orçamento muito expansivo em termos de investimento público, estando a aproveitar os fundos comunitários que estavam numa fase determinante no ano que se avizinhava e o próximo de dois mil e vinte e um. Salientou que estavam no bom caminho, estando a reduzir a dívida de médio e longo prazo, uma vez que a dívida de curto prazo era inexistente, paga a três dias. A Maia era o Concelho que melhor pagava na Área Metropolitana do Porto e na região norte. Não tinha sido sempre assim, mas hoje eram tidos como ótimos pagadores e as pessoas ficavam admiradas. Deu como exemplo uma visita que fez a uma pequena obra em Milheirós, e numa conversa com o empreiteiro que não conhecia, foi-lhe transmitido que estava fascinado em trabalhar na Maia, obra essa que estava bem-feita e ao contrário do que tinha dito o Senhor Deputado Rui Leandro Alves da Costa Maia que o Presidente da Câmara Municipal não conseguia fazer nada em condições, se calhar era o próprio Deputado que nunca tinha feito nada em condições e visível. Muitos conseguiram fazer muito pela Maia, e ele próprio também tinha conseguido e poderia provar. Reafirmou que a Maia era uma belíssima pagadora e o empreiteiro referido estava muito reconhecido porque a Maia era a Câmara Municipal que melhor pagava. Estavam também a diminuir e daqui a pouco tempo os passivos contingentes iriam ficar pela parte da Câmara Municipal dado que alguns estavam em processo judicial, reduzidos a pouco mais de que zero. Realçou que tinha afirmado isto no início do mandato e estava a concretizar com a ajuda do serviço do Departamento e da Divisão de Contencioso. A dívida de médio e longo prazo também estava a ser resolvida, estando assim no bom caminho e quem quisesse constatar isto, bastava ler o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses que era feito por uma entidade independente. Deu ainda nota, em primeira mão, que na próxima quinta-feira, dia 5 de dezembro, iria deslocar-se



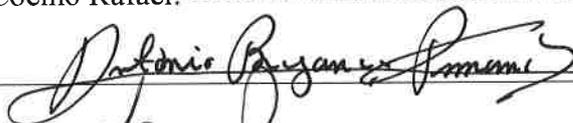
a Lisboa, à Culturgest, para receber o prémio como o Município que mais tinha contribuído para o desenvolvimento económico de Portugal, a Maia tinha sido o Município distinguido. --

----- Colocada à votação a “**Aprovação de Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de dois mil e vinte**” foi a mesma aprovada por maioria com quinze (15) votos contra da Coligação “Um Novo Começo”, CDU e BE e uma (1) abstenção da Senhora Deputada Maria Clara da Costa Lemos. -----

----- Atendendo ao adiantado da hora, a Assembleia Municipal encerrou os seus trabalhos, retomando a prossecução dos mesmos no dia dezasseis de dezembro, no mesmo horário. -----

----- E sendo zero horas e quarenta e oito minutos do dia três de dezembro, foi dada por encerrada a sessão, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, António Gonçalves Bragança Fernandes, pela 1.ª Secretária, Márcia Isabel Duarte Passos Resende, e pela 2.ª Secretária, Susana Filipa Coelho Rafael. -----

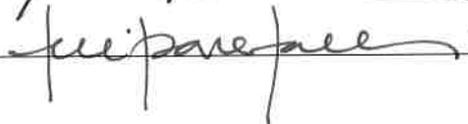
O Presidente:



A 1.ª Secretária:



A 2.ª Secretária:



Assembleia - Maria Lurdes

De: Luis Gil <luisfilipegil62@gmail.com>
Enviado: 15 de novembro de 2019 14:28
Para: Assembleia - Maria Lurdes
Assunto: Re: Pedido Substituição - 5 Sessão da Assembleia Ordinaria 02 Dez 2019

Boa tarde

No seguimento do Vosso prezado email informo o seguinte

Por motivos pessoais não poderei estar presente na 5ª sessão Ordinária da AMM, por isso solicito a minha substituição

Tambem informo que não poderei estar nas 2 Assembleias do dia 02 Dezembro 2019 por ser data do meu aniversario

Luis Filipe Gil
Rua Nova dos Altos, 58, 2-Dto
Vermoim
4470-235 Maia
Telefone :+351 91 249 48 94

Convoque-se o seguinte de lista

Em sex., 15 de nov. de 2019 às 14:24, Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt> escreveu:

Exmo. Senhor Deputado

Luís Gil

*Felicia Rapel Silva
Cabeira*

Solicitava a V. Exa. que relativamente ao email infra, fosse feita uma alteração no corpo do texto, onde escreveu 6ª Sessão Extraordinária deverá escrever 5ª sessão Ordinária, para assim, podermos desta forma regularizar a sua substituição.

Com os melhores cumprimentos,

Maria de Lurdes Cerqueira

Apoio à Assembleia

Ext. 8756 | maria.lurdes@cm-maia.pt

Telef. +351 229 408 600 | www.cm-maia.pt



M
of

De: Luis Gil <luisfilipegil62@gmail.com>

Enviada: 14 de novembro de 2019 18:02

Para: Presidente Assembleia Municipal da Maia <presidente.assembleia@cm-maia.pt>

Cc: Rui Leandro Maia <ruileandromaia@gmail.com>; Jaime Pinho <pinho.jms@gmail.com>

Assunto: Pedido Substituição - 5 Sessão da Assembleia Ordinaria 02 Dez 2019

Exmo Presidente da Assembleia

Por motivos pessoais não poderei estar presente na 6ª Sessão Extraordinária da AMM, por isso solicito a minha substituição

Luis Filipe Gil

Rua Nova dos Altos, 58, 2-Dto

Vermoim

4470-235 Maia

Telefone :+351 91 249 48 94

Assembleia - Maria Lurdes

De: Presidente <agbfernandes@gmail.com>
Enviado: 25 de novembro de 2019 08:19
Para: maria.lurdes@cm-maia.pt; sandra.martins@cm-maia.pt;
advmarciapassos@gmail.com; filipa.c.rafael@gmail.com
Assunto: Fwd: Pedido de substituição



Convocar o seguinte da lista

António Bragança Fernandes

Início da mensagem reencaminhada:

De: Couto Silva Francisco Jose <coutosilvaf@gmail.com>
Data: 24 de novembro de 2019, 22:49:54 WET
Para: Presidente Assembleia Municipal da Maia <presidente.assembleia@cm-maia.pt>
Assunto: Pedido de substituição

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia

Por solicitação profissional na data de 02/12/19 não me encontro na Maia, o que me impossibilita de estar presente na Sessão Extraordinária (21:00h) e na Sessão Ordinária (21:30h) da AM na referida data .

Nesse sentido, solicito a Vexa a minha substituição para as duas Sessões.

Os meus melhores cumprimentos,
O Eleito pelo BE
Francisco José Silva

PS: A Maria de Fátima Silva (mfatima01@gmail.com - telem.- 914120457),
nome imediatamente a seguir na lista do BE já está informada da situação e aguarda a convocatória.

link
Composições e reuniões nas
duas Sessões.


Assembleia - Maria Lurdes

De: Rui Moreira <rui.moreiraa@gmail.com>
Enviado: 25 de novembro de 2019 23:21
Para: Assembleia - Maria Lurdes
Assunto: Re: 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - 02 DE DEZEMBRO - INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DA CÂMARA - EXTRANET

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia,

Em sequência de compromissos profissionais, informo que não poderei comparecer à Assembleia supracitada, agradecendo que proceda à minha substituição.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Moreira

Enviado do meu iPhone

No dia 22/11/2019, às 15:03, Assembleia - Maria Lurdes <maria.lurdes@cm-maia.pt> escreveu:

Exmos. Senhores
Deputados da Assembleia Municipal da Maia

Serve o presente, para dar conhecimento aos Senhores Deputados que já se encontra disponível da Extranet, a Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade da Câmara e que faz parte da Ordem de Trabalhos da 5ª Sessão Ordinária da AM de 2 de dezembro, ficando assim completa toda a documentação para a referida Sessão.
Com os melhores cumprimentos.

Maria de Lurdes Cerqueira
Apoio à Assembleia
Ext. 8756 | maria.lurdes@cm-maia.pt
Telef. +351 229 408 600 | www.cm-maia.pt

<image001.jpg>

*Comprova-se
o registo de leitura feita para a Extraordinária e
para a Ordinária*

*Raio José Nuno
Escobar*



Freguesia de Castelo da Maia

Concelho da Maia

Exmo. Sr. Eng^o António Gonçalves Bragança Fernandes
 Presidente da Assembleia Municipal da Maia
 Praça Dr. José Vieira de Carvalho
 4470-202 MAIA

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

Data

72A/114/2019

26/11/2019

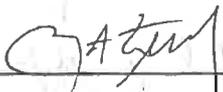
Assunto: Substituição de presença na Assembleia Municipal

Eu, Manuel Moreira Azenha, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo da Maia, deputado Municipal por inerência, ao abrigo da Lei Regimental dessa Assembleia, venho pelo presente dar conhecimento a V.Ex^a da minha indisponibilidade, para estar presente na 5^a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal a realizar a 02/12/2019.

Face ao exposto, delego a minha presença no membro do Executivo da Freguesia de Castelo da Maia, Luis Filipe Rodrigues Barros (Dr).

Com os melhores cumprimentos

Presidente da Junta,


 Manuel Moreira Azenha



5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 02 de dezembro de 2019
Período Antes da Ordem do Dia

1. Em nome da CDU começo por saudar as trabalhadoras e trabalhadores não docentes e das cantinas escolares que estiveram em greve no passado dia 29 de novembro, contra a “falta crónica” destes trabalhadores, contra o incumprimento dos ráticos, que por si só já não satisfazem com qualidade e segurança a realização das tarefas adstritas às diversas funções destes trabalhadores levando ao desgaste físico e psicológico. Por todo país e também aqui no concelho houve escolas encerradas por todos estas e mais algumas justas reivindicações, e mais haveria escolas encerradas não fosse o caso de ter acontecido como na escola EB1 / JI da Cidade Jardim integrada no Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia que ficou aberta sem as condições mínimas exigidas (não tinha trabalhadores não docentes para assegurar a vigilância das crianças durante os intervalos nem as refeições para fornecer aos alunos).

2. No passado dia 30 de setembro, durante a 4ª sessão ordinária deste órgão, denunciámos aqui os bloqueios e boicotes que aqui e ali se iam fazendo ao processo da gratuitidade dos manuais escolares e demos o exemplo concreto do Agrupamento Gonçalo Mendes da Maia, onde os pais e E.E. receberam manuais impróprios e/ou directrizes por parte da Direcção do Agrupamento a proibir os alunos de escrever/realizar exercícios nos manuais ou seja utilizar/usar os manuais, nomeadamente no 1º ciclo, entre outros atentados a este direito. Face a essa situação solicitamos uma reunião à direcção do Agrupamento de Gonçalo Mendes da Maia - recusada pelo diretor afirmando não existir matéria para discutir.

Mas como se isto ainda não fosse suficiente, em Outubro, a Direcção do Agrupamento decide que os professores deveriam entregar aos pais e E.E os manuais escolares, visto que eles não estavam a ser utilizados, assim desde o dia 18 de Outubro em concreto que os alunos do 1º ano da escola EB1 /JI da Cidade Jardim tem os manuais escolares em casa, para muitos sem qualquer utilização... com excepção do manual de Inglês que teve de ser adquirido pelos pais através de voucher/convite da Porto Editora a adquirir com desconto através da escola!!!

3. Por último, volto a trazer aqui a situação de degradação total em que se encontra o Parque Infantil dos Altos. O que muito tem revoltado e desagradado os moradores daquela zona habitacional, bastante populosa que tem falta de espaços verdes onde as crianças possam



conviver e brincar em segurança. Ora, como se isso já não bastasse, o facto é que o espaço tem-se tornado num local de encontro para grupos de jovens se reunirem para conviver e consumir estupefacientes. Quem ainda frequenta esse espaço para passear o seu animal de estimação acompanhado do seus filhos mais novos ou até para ainda dar uns pontapés na bola no estragado pavimento, sente-se inseguro. Por um lado é importante que a câmara reclame da PSP o reforço do patrulhamento de vizinhança, mas por outro é vital que a Câmara intervenha no espaço requalificando-o. Numa perspectiva de integração, com um desenho dirigido e equipamentos que promovam actividades lúdicas e desportivas incentivadores de comportamentos saudáveis e que permitam o usufruto quer pelas famílias quer pelo jovens, num ambiente saudável e seguro.

Disse.

5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 2 de Dezembro de 2019

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção sobre a problemática das cheias

No passado dia 19 de Outubro os utentes da EN 107 (Rua Agostinho da Silva Rocha), os moradores na zona da Rotunda do Requeixo e os clientes do Centro Comercial Maia Jardim foram vítimas (já não podemos dizer que foram surpreendidos) de mais um episódio de subida das águas da Ribeira do Arquinho.

A cheia atingiu severamente o centro comercial, onde pelo menos duas centenas de pessoas e inúmeros automóveis ficaram retidos durante horas, bem como a estação de abastecimento de combustíveis, tendo causado avultados prejuízos e cortado o trânsito rodoviário.

Embora o mês tenha registado um valor médio da quantidade de precipitação (79,3 milímetros) correspondente a 81% do valor normal mensal (-18,9 mm), considerando as normais climatológicas (1971-2000), de acordo com o Boletim Climatológico de Outubro do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, aquele dia foi de facto excepcional.

Ainda segundo o boletim do IPMA, o valor da precipitação registado no mês de Outubro (315,3 mm) na estação meteorológica de Pedras Rubras foi 2,4 vezes o valor normal do mês, que é de 130,8 mm.

A análise da série nesta estação, no período 1967-2019, referente ao mês de Outubro, do índice de precipitação que corresponde à precipitação máxima acumulada em cinco dias consecutivos permite concluir que o valor deste índice no mês passado foi o mais elevado em 53 anos.

Este novo episódio veio chamar a atenção, mais uma vez, para o sério problema da construção em leitos de cheia e para a necessidade de uma séria reflexão sobre a prevenção e gestão de cheias e a minimização e/ou mitigação dos seus efeitos, tendo em conta o histórico e, sobretudo, o aumento da frequência e da intensidade dos fenómenos meteorológicos extremos, em consequência das alterações climáticas.

O problema é de tal forma severo que as seguradoras ameaçam agravar significativamente os prémios para a cobertura de riscos em leitos de cheia, ou mesmo deixar de os contratar.

Impõe-se, por isso, uma acção determinada por parte dos municípios, impedindo a construção, a impermeabilização de solos e alterações à morfologia dos terrenos nas áreas expostas ao risco de cheia, introduzindo correções e planeando mesmo o recuo da ocupação urbana, num esforço sério de recuperação e renaturalização das linhas de água – do leito às margens e terrenos adjacentes.



[Handwritten signature]

A propósito, saliente-se que, desde 2008, está previsto um projecto de “regularização” do leito da Ribeira do Arquinho, no valor de 175 mil euros, mas que continua sem financiamento definido em 2020 e sem qualquer realização.

É importante saber em que consiste esta “regularização” (geralmente significa canalização com secções de vazante de duvidosa capacidade e impedindo a drenagem dos terrenos confinantes...), e que contribuição dará para minimizar o problema. E, já agora, quando será concretizada.

Sem querer antecipar a discussão das GOP e do Orçamento, a CDU salienta que também continua sem dotação o projecto de delimitação de leitos de cheia no Município, inscrito em 2017.

Disse.

[Handwritten signature]

Assembleia Municipal da Maia

RECOMENDAÇÃO

Estratégia de Proteção e Bem-Estar Animal "Mascote"

O Município da Maia, ao longo do ano de 2019, implementou medidas relevantes na proteção e bem-estar dos animais de companhia, que destaco:

- A assinatura de um protocolo com a Associação Animais de Rua objetivando o controlo de colónias de gatos e a redução das populações felinas silvestres, através do programa CED (Captura-Esterilização-Devolução). Até ao momento, foram esterilizados cerca de uma centena de animais.
- A campanha solidária de esterilizações, que proporcionou às famílias, com baixos recursos financeiros, a possibilidade de, gratuitamente, esterilizarem os seus cães e/ou gatos.
- O projeto dos parques para realojamento de matilhas, que se encontra em fase de implementação.
- A construção do parque de recreio no CROACM, para que os cães, alojados neste centro de recolha, possam socializar.

Este trabalho meritório da Câmara Municipal da Maia, particularmente do Pelouro do Ambiente, proporcionará um futuro mais risonho aos animais errantes do nosso concelho.

Na atualidade são inquestionáveis, os benefícios da relação humano-animal de companhia, que se intensifica quando se trata de crianças ou idosos.

Handwritten signatures and initials, including the letters 'CDU' and 'af', located in the top right corner of the page.

O vínculo que se estabelece entre a criança e o seu animal promove a responsabilidade individual, a interacção social, o desenvolvimento emocional, a autoestima e a educação para o respeito pelos animais.

A presença de um gato, ou cão, como elemento da comunidade escolar é já uma realidade em algumas escolas básicas, refletindo muitas vantagens aos níveis cognitivo e socioafetivo.

Também, nas residências seniores, a terapia com animais de estimação tem demonstrado resultados bastante positivos.

Por outro lado, é necessário que haja uma maior abertura da comunidade de forma a potencializar a adoção de animais de companhia que se encontram no CROACM.

Em face do exposto, venho propor que a Assembleia Municipal da Maia, na sua Sessão Ordinária de 2 de dezembro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal da Maia:

- a implementação de um projeto que promova a adoção de animais, devidamente selecionados ao nível do comportamento e da saúde, junto dos agrupamentos escolares e residências seniores.

Maia, 2 de dezembro de 2019

Deputada Municipal Independente

Clara Lemos

**BLOCO DE ESQUERDA
MAIA**

Documento 8

PERGUNTA AO PRESIDENTE

Na estrada que liga o Padrão de Moreira ao Centro da Maia (Nacional 107), logo a seguir à Rua de Real, houve a derrocada, ao longo de 30-40 metros, do passeio aí existente, do lado direito no sentido Poente/Nascente.

A situação ocorreu em 19 de Outubro, numa tarde de sábado de fortes chuvadas em todo o território ao redor do Porto.

Mais de um mês decorrido, no passado sábado verificámos *in loco* a impossibilidade de utilização do passeio naquele trecho obrigando a que os pedões tenham de descer à rua para continuar a sua marcha, pondo naturalmente em risco a sua integridade física. Para além disso, parece-nos também estar em risco a infraestrutura lá existente, em resultado do contínuo trânsito de veículos ligeiros e pesados. Realça-se que o muro de suporte naquela zona sucumbiu.

Sr. Presidente: antes que a Maia seja notícia ^{da ocorrência de} ~~por~~ uma tragédia, quando está prevista a intervenção naquela zona de forma a repor as condições de segurança de pessoas e bens.

Maia, 2 de Dezembro de 2019

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

**BLOCO DE ESQUERDA
MAIA****PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
Declaração política
Homenagem**

Na última Assembleia Ordinária, no PAOD, quando o BE iniciava a leitura do voto de pesar pela morte de Jorge Leite, o presidente desta Assembleia interrompeu a mesma, comprometendo-se que, no momento próprio, o mesmo seria lido. Chegado o momento, inexplicavelmente, o presidente colocou o documento à admissão sem prévia leitura. A admissão foi reprovada pela maioria PSD/CDS, sem que se tivessem conhecido os argumentos que levaram a tal tomada de posição. Estranhamente, foi a primeira vez que uma proposta de pesar, como poderia ser de louvor, de uma figura reconhecida foi negada. Apesar de, na última reunião de líderes, a mesa se ter comprometido a que, no futuro, todos os documentos apresentados passassem a ser lidos, não queremos deixar de chamar a atenção para o perigo de práticas de bolsonarismo nesta Assembleia. Concluindo, e reforçando o nosso receio, este episódio, pela sua similitude, fez-nos lembrar a renitência do Bolsonaro em assinar o diploma da entrega do prémio Camões a Chico Buarque, tendo este frisado que “A não assinatura do Bolsonaro no diploma é para mim um segundo prémio Camões”.

Seguidamente, vamos ler o texto do voto de pesar pela morte de Jorge Leite.

No passado dia 24 de Agosto faleceu Jorge Leite. Professor jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, deixou como uma das principais marcas da sua carreira académica a defesa da autonomia do direito do trabalho face a outras áreas do direito. Foi um dos impulsionadores, há mais de 25 anos, da revista “Questões Laborais”.

Para além do pensamento rigoroso nos temas de direito do trabalho, teve em toda a sua vida uma exemplar intervenção cívica, empenhando-se no combate à precarização dos vínculos laborais e às políticas de desvalorização económica e pessoal dos trabalhadores.

“Só com condições dignas de trabalho, só com salários dignos se promove crescimento económico e desenvolvimento humano” escreveu Jorge Leite. Através dos seus inúmeros escritos e também pelo seu exemplo de vida, deixou-nos um legado inestimável de coerência, de defesa dos direitos do trabalho, da justiça social e da dignidade da pessoa humana.

Maia, 2 de Dezembro de 2019

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Jorge Leite

**BLOCO DE ESQUERDA
MAIA**



(Handwritten signatures and initials, including a circled 'A')

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE JOSÉ MÁRIO BRANCO

No passado dia 19 de Novembro morreu José Mário Branco, uma das vozes do 25 de Abril. Ao longo de meio século de carreira, deixou a sua marca na cultura portuguesa, como, músico, compositor, jornalista, escritor e ator, entre outras actividades, tornando-se uma referência para várias gerações de artistas. A sua vida foi marcada igualmente pela coerência da sua intervenção cívica e política, pelo combate às opressões e à desigualdade social.

José Mário Branco é uma referência do período de resistência à ditadura, da revolução e pós-revolução de Abril, e de uma geração que, através da sua voz, exprimiu a vontade de mudança política económica e social na sociedade portuguesa, o que foi referido pelo Presidente da República e expresso em voto unânime de pesar pela Assembleia da República. O seu desaparecimento representa uma perda para o País.

Assim, a Assembleia Municipal da Maia, reunida em 2 de Dezembro de 2019, delibera, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2 alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Manifestar a sua profunda consternação pela morte de José Mário Branco, expressando o seu pesar e apresentando condolências aos seus familiares e amigos.

Maia, 2 de Dezembro de 2019.

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Voto de pesar José Mário Branco

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia e Sras. Secretárias

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia e Srs. Vereadores presentes

Exmos. Srs e Sras Deputadas,

Estimados maiatos,

Nunca como hoje foi tão clara e urgente a mensagem de todos fazermos esforços individuais para ganharmos como coletivo.

É verdade que temos o dever de corrigir o que gerações anteriores negligenciaram, mas as questões ambientais serão tão mais sérias se nos deixarmos de discursos bonitos e passarmos a olhar para a realidade que está mesmo ao nosso lado.

Falemos, concretamente, da mobilidade nesta nossa Área Metropolitana do Porto e como a quebra na qualidade dos seus transportes públicos coloca em causa uma das grandes soluções para a descarbonização.

Em relação ao Metro do Porto, as viagens suprimidas e as composições sobrelotadas são a queixa mais comum.

A quebra de serviço nas viagens programadas, bem como a redução do número de composições por viagem e o aumento da procura faz com que os utilizadores experienciem, frequentemente, viagens em condições de sobrelotação, que provocam desconforto absoluto.

Quanto à STCP, as preocupações também assentam na sobrelotação dos autocarros, mas sobretudo nos tempos de espera e no tempo das viagens propriamente ditas.

No que diz respeito ao concelho da Maia, as preocupações apontam concretamente:

à Linha C do Metro, com relatos de várias viagens suprimidas e outras com apenas uma composição em horas de ponta que provocam clara sobrelotação e conseqüente desconforto;

à Linha 603 da STCP com viagens suprimidas, especialmente ao fim-de-semana o que com frequências de hora em hora deixam várias vezes os utilizadores a aguardar duas horas por um autocarro;

às linhas 600 e 604 por viagens suprimidas e morosidade no tempo das viagens.



Sobretudo em relação aos autocarros, todas estas questões condicionam o interface, nomeadamente no centro da Cidade da Maia, com transportes como o Metro.

Senhoras e Senhores deputados,

Caros maiatos,

Ainda que algumas destas questões não sejam novas, a verdade é que, segundo os relatos que nos chegam, estas situações têm-se vindo a acentuar desde a redução do preço dos passes mensais e o alargamento da atribuição da sua gratuitidade para as faixas etárias mais jovens.

Aliás, segundo dados do passado mês de setembro, são quase mais 300 mil utilizadores que recorrem aos títulos Andante, não havendo, que se conheça, uma imediata resposta na disponibilização de mais frequências e mais veículos.

É inegável que a última década viu, nomeadamente na Área Metropolitana do Porto, um crescimento galopante no turismo e nos negócios, principalmente com a região a ser atrativa para empresas de serviços partilhados e inovação tecnológica.

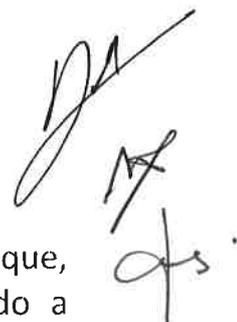
Aliada a esta positiva pressão, temos ainda uma maior consciencialização ambiental, e mesmo financeira, que caracterizam o transporte público como amigo do ambiente e capaz de aliviar o orçamento mensal de quem o utiliza.

Assim, entendemos que a promoção de maior utilização de transportes públicos é um passo acertado e necessário, mas é vital que as entidades promotoras criem condições para a oferta responder adequadamente à procura.

Relembremos que o Estado Português é acionista maioritário das duas empresas de interesse público e é de louvar o investimento em novas composições e autocarros.

Quanto ao Metro, vemos com preocupação que principalmente as novas composições a introduzir se revelem já à partida insuficientes e sejam colocadas num prazo ainda distante face à urgência das insuficiências detectadas.

Senhoras e Senhores deputados,



Sabemos que os municípios da Área Metropolitana do Porto têm tido, diariamente, um necessário papel de pressão ativa para solucionar esta galopante procura e estamos ao seu lado no que entendemos ser uma política que privilegie a fácil e rápida mobilidade das pessoas e a coesão territorial, sendo que o novo ano trará o desafio da gestão intermunicipal da STCP naquela que será uma primeira prova de fogo para os municípios poderem reclamar por mais descentralização – não esqueçamos que no caso específico desta empresa, há uma promessa do Governo central para renovação da frota até à intermunicipalização, mas, curiosamente, já foi pedido pelo mesmo Governo, a cada um dos municípios, mais dinheiro do que aquele inicialmente previsto para o reforço financeiro do que, esperamos, não venha a ser mais um lavar de mãos fácil do Terreiro do Paço para cima das Câmaras Municipais.

Estejamos atentos, sendo que é essencial, por tudo isto, que se entenda a Área Metropolitana da Porto como uma região dinâmica e exigente onde com vontade e assertividade política será possível melhorar a mobilidade, onde a Maia, uma vez mais, liderou pelo exemplo com a recente articulação entre privados e interesse público que permitiu a abertura da Linha 36, a “Linha Empresarial”, operada no modelo ANDANTE e concessionada às empresas Maia Transportes e Nogueira da Costa, que serve, entre outras, zonas tão importantes como o TECMAIA, as Guardieiras e o Espido, com a SONAE e a CIN.

Pedro Miguel Marques

Coligação “Maia em Primeiro”

Intervenção

44 Anos do 25 de Novembro de 1975

Assinalou-se na passada semana os 44 anos dos acontecimentos históricos de 25 de Novembro de 1975, o movimento que conteve a ala radical do Movimento das Forças Armadas, colocou fim ao PREC e determinou a natureza pluralista e democrática do regime político e constitucional português, na senda da consolidação do processo democrático iniciado pelo 25 de Abril de 1974. Importa salientar o contributo dos partidos democráticos e a resistência indómita de muitas figuras de relevo, que permitiram que Portugal fosse hoje um país



democrático, aberto, tolerante, reconhecido e respeitado por todos os estados membros da União Europeia e da ONU. Quando nos referimos aos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 devemos recordar que naquele dia um conjunto de estratégias liderado por Jaime Neves evitou aquela que poderia ser uma guerra civil em Portugal. Aos dias de hoje ainda há quem considere que este dia marcante para o nosso país, para os Portugueses e para a Democracia não deve ser comemorado; e este pensamento deve remeter-nos para uma reflexão profunda sobre o quão estimamos a liberdade e a sociedade Portuguesa. Se aquilo que somos e o que representamos enquanto país no mundo, deve-se, a nobres homens e mulheres portuguesas que durante séculos quer fosse pela evolução da



ciência, pelas artes, pelos descobrimentos,
políticas e pelas humanísticas,
consolidaram Portugal como um país
desenvolvido, de igual forma o dia que
marca o começo da "verdadeira liberdade"
e aqueles que elevaram Portugal a um país
democrático não devem ser esquecidos.
Sem Novembro não se cumpriria Abril.



Ângelo Miguel

Pela Coligação "Maia em Primeiro"

Exmo Senhor Presidente da Assembleia,
Exmo Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Exmas Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmas Senhoras e Senhores Deputados
Meus Senhores e minhas Senhoras,



Senhor Presidente,

A minha intervenção tem a ver com a apresentação do projecto da Cruz Vermelha Portuguesa em parceria com a Câmara Municipal e que visa a construção de uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados de tipologia Convalescença.

Como é sabido, uma das áreas a que a Camara da Maia prestigia e valoriza, é a área Social fomentando a criação de equipamentos dedicados ao apoio social que permitam melhorar a qualidade de vida das pessoas e em particular dos Maiatos desde os mais novos aos mais velhos, promovendo desta forma a sua dignidade e seu bem-estar.

Todos sabemos as carências das pessoas ao nível dos apoios sociais, fundamentalmente para os que por razões diversas não tem uma retaguarda familiar que lhes permita ter um vida estável e sobretudo uma vida com dignidade que qualquer ser humano merece. Não fora a existência das IPSS e outras instituições de caris social, os mais velhos ou idosos como queiramos chamar, viveriam um drama no final de uma vida de trabalho que contribuíram com o valor dos seus impostos para que o estado lhes devolvesse a dignidade a que todos temos direito.

Esta Unidade de Cuidados Continuados para pessoas em convalescença, vai ser instalada na Maia, mais concretamente em Aguas Santas no lugar de S. Gemi

Senhor Presidente, o facto de a Cruz Vermelha Portuguesa ter escolhido a Maia para instalar este Equipamento Social, é para nós Maiatos, motivo de orgulho.

Sabemos que esta Unidade de Cuidados Continuados não é parta utilização exclusiva ou preferencial dos Maiatos, é uma Unidade para satisfazer as necessidades do norte do País, mas registamos com muito agrado o facto de a Camara da Maia ter conseguido que que nessa Unidade de Cuidados Continuados, fosse reservado um espaço para uso exclusivo dos Maiatos. Este espaço de que falo refere-se a três das 44 camas que compõem esta Unidade.

14
JK
af's

Senhor Presidente, quero aqui felicitar o Sr Presidente da Câmara e todo o seu executivo, e em particular os que coordenam o sector Social, por ter criado as condições para que a Cruz Vermelha tivesse escolhido a Maia para a instalação deste importante equipamento. Congratulo-me por ter um presidente de Câmara com esta disponibilidade para a área social. Obrigado Senhor Presidente da Câmara e os mais velhos saberão agradecer-lhe esta sua sensibilidade pelas Pessoas. Não foi por acaso que escolheu como desígnio do seu mandato “ a Maia em Primeiro” e a maia são os Maiatos. Bem-haja.

Maia, 02/DEZ/2019

(Cândido Graça)
(Coligação “ Maia em Primeiro ”)

(B)

Voto de Louvor

Documento 14

Os deputados eleitos pela Coligação "Um Novo Começo PS/JPP" reconhecem publicamente, com regozijo e apreço, o significado e a importância dos resultados alcançados pelos atletas do Acro Clube da Maia no "Campeonato da Europa de Ginástica Acrobática", ocorrido em Holon, Israel, entre os dias 30 de outubro de 03 de novembro de 2019, ao arrecadarem para Portugal nove medalhas: três de ouro, cinco de prata e uma de bronze.

- O par feminino, constituído pelas atletas Rita Ferreira e Ana Rita Teixeira, com três medalhas: duas de ouro, na competição *all-around* e no exercício dinâmico, e uma de prata, no exercício de equilíbrio.

- O trio feminino, constituído pelas atletas Bárbara Sequeira, Francisca Maia e Francisca Sampaio Maia, com três medalhas de prata: no exercício dinâmico, na competição *all-around* e no exercício de equilíbrio.

- A quadra masculina, constituída pelos atletas Henrique Silva, Henrique Piqueiro, Frederico Silva e Miguel Silva, com três medalhas: uma de prata, na competição *all-around*, uma de bronze, no exercício de equilíbrio, e uma de ouro, no exercício de dinâmico.

Os deputados eleitos pela Coligação "Um Novo Começo PS/JPP" estendem, muito justamente, o reconhecimento aos treinadores Lourenço França e Úrsula Martins e ao Acro Clube da Maia que, desde sempre, acompanham e apoiam.

A Coligação "Um Novo Começo PS/JPP", com base no descrito, propõe que a Assembleia Municipal da Maia aprove a atribuição de um Voto de Louvor que deverá ser institucionalmente comunicado aos atletas, aos treinadores, com extensão de conhecimento aos pais, à direção do Acro Clube da Maia e à Federação Portuguesa de Ginástica, com anúncio em, pelo menos, um órgão de comunicação social de dimensão nacional e, com destaque, na Página Web do Município da Maia.

Maia, 02 dezembro de 2019

A Coligação "Um Novo Começo PS/JPP"

Foi aprovado

Lido

5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 2 de Dezembro de 2019



Proposta de

VOTO DE LOUVOR E RECOMENDAÇÃO

No passado dia 26 de Setembro, quando faltavam apenas 250 metros para concluir a eliminatória da prova de cinco mil metros, no Campeonato do Mundo de Atletismo que se realizava em Doha, no Qatar, o atleta guineense Braima Dabó, do Maia Atlético Clube, foi em socorro de um adversário da ilha caribenha de Aruba que estava prestes a tombar, incapaz de prosseguir a competição.

Num gesto de extrema generosidade, altruísmo exemplar e um incalculável esforço físico, Braima Dabó amparou o atleta, “carregando-o” quase literalmente até à meta, que cruzaram ambos em último lugar e cinco minutos após o vencedor da prova.

O gesto, imediatamente saudado, de forma muito emotiva, pelo público presente no estádio, e assinalado pela Imprensa de todo o mundo, constitui uma mais tocantes expressões de desportivismo, de camaradagem e de entreatajuda no atletismo e no desporto de que há notícia.

Com toda a justiça, a Associação Internacional das Federações de Atletismo (IAAF) atribuiu a Braima Dabó o Prémio Fair Play, em cerimónia realizada no passado dia 23 de Novembro, a somar a outras distinções, nomeadamente do Clube Português de Imprensa Desportiva (CNID).

Assim, considerando que a atitude do atleta Braima Dabó constitui uma exaltante demonstração de que a competição desportiva não é – não pode ser – uma barreira à solidariedade e à generosidade,

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em sessão ordinária em 2 de Dezembro de 2019, decide:

1. Aprovar um Voto de Louvor ao atleta Braima Dabó.
2. Felicitar o Maia Atlético Clube por ter no seu seio atletas como Dabó, na convicção de a instituição muito contribuiu para o desenvolvimento da sua personalidade pessoal e desportiva.
3. Recomendar à Câmara Municipal a atribuição ao atleta Braima Dabó da Medalha de Mérito Desportivo do Município.
4. Dar conhecimento da presente deliberação ao atleta e ao clube.

Maia e Paços do Concelho, 2 de Dezembro de 2019

Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária





5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 2 de Dezembro de 2019

Proposta de

MOÇÃO

Um dos mais importantes avanços na qualidade de vida das famílias e das populações, com significativos efeitos positivos também na qualidade do ar e do ambiente, foi a consagração do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART), incluindo o passe único intermodal, que foi possível alcançar na legislatura anterior e que o Conselho Metropolitano do Porto aprovou e se comprometeu a aplicar.

Trata-se de um programa, que é necessário aperfeiçoar, desde logo quanto à garantia efectiva de financiamento regular e em volumes ajustados às necessidades, que valoriza os transportes públicos como instrumento essencial à melhoria da mobilidade e a redução do tráfego rodoviário e das emissões poluentes pelas quais é responsável.

Não obstante, na Área Metropolitana do Porto continua por aplicar devidamente o conjunto de medidas previsto, já que:

- a) Não está em vigor o desconto do chamado “Passe Família”, nem se conhece qualquer previsão para a sua aplicação;
- b) Verificam-se limitações à utilização do “Passe Sub-13”, que deveria garantir a utilização gratuita de transportes colectivos em toda a AMP por todas as crianças com idades até aos 13 anos;
- c) Para os reformados, está a ser aplicado um desconto de 25%, quando este deveria ser de 50%, como aliás está a ser praticado na Área Metropolitana de Lisboa;
- d) Agravaram-se os problemas de sobrelotação dos transportes públicos, porque não foram tomadas medidas para o reforço da oferta, com mais e melhores meios, sobretudo em horas de ponta.

Assim, entendendo devem ser integralmente aplicadas as medidas de promoção e valorização dos transportes públicos,

A Assembleia Municipal da Maia, reunida em sessão ordinária em 2 de Dezembro de 2019, delibera:

1. Exortar o Presidente da Câmara Municipal da Maia a empenhar-se na resolução imediata dos problemas que persistam na área do Município e a reivindicar do Conselho Metropolitano a concretização das medidas em falta.
2. Dar conhecimento da presente Moção ao Conselho Metropolitano do Porto e aos Conselhos de Administração da STCP e do Metro do Porto.

Maia e Paços do Concelho, 2 de Dezembro de 2019

Os eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária

Alf
CS



17

2

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome Roderio Tezhard. Moreira Gonçalves
 Morada R. Antunes Augusto Rocha 33/100
 Freguesia Castelo de Mair
 Código Postal 4475-038
 Contato telefónico 914 606 819
 E-mail zogenio7maia@hotmail.com

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

Amiamento nas coberturas das
pedras
Pedras c/ 3 andares de habitação
Social Sem elevadas
Lojas no centro do povo ignorar as
atras a pess deficich

Maia, 2/12/2015

(Assinatura) *[Handwritten signature]*

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º	Artigo 50.º
<p>Período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none"> No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido. O período de intervenção do público, referido no n.º 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão. 	<p>Regras do uso da palavra no período de intervenção do público</p> <ol style="list-style-type: none"> A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.



38

[Handwritten signatures and initials]

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Nome Maria Cidália Cunha Amiais
 Morada Rua 3 de Maio nº 435
 Freguesia Pedrouços
 Código Postal 4425-606
 Contato telefónico 911536827
 E-mail Cunhaqueiros@gmail.com

28-27

Vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exa., atento ao disposto no n.º 3 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Descrição do assunto:

referente à minha casa e a condições
mas em que a Rua 3 Maio Pedrouços
está cheia de lixo e mau ambiente

Problema com os vizinhos
Eng. Fialho foi ao local
com o Sr. Manuel R. Ave V. Cavalheiro

Maia, 2/12/19

(Assinatura) Maria Cidália Cunha Amiais

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas nos artigos 42.º e 50.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia

Artigo 42.º Período de intervenção do público	Artigo 50.º Regras do uso da palavra no período de intervenção do público
<ol style="list-style-type: none"> No fim do período de antes da ordem do dia há um período para intervenção do público. O período de intervenção do público tem a duração máxima de trinta minutos. Os cidadãos interessados em intervir terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo o nome, a morada e o assunto que pretendem ver esclarecido. O período de intervenção do público, referido no nº 2 deste artigo, será distribuído pelos inscritos e não poderá exceder cinco minutos por cada cidadão. 	<ol style="list-style-type: none"> A palavra é concedida ao público para intervir, nos termos do artigo 42.º, deste regimento. Durante o período de intervenção do público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o Município, devendo, para o efeito, proceder à sua inscrição na Mesa, de acordo com o n.º 3 do citado artigo 42.º. Findo o período previsto no artigo 42.º deste Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal presta os esclarecimentos que entender convenientes quanto às questões diretamente relacionadas com a Assembleia Municipal, sem prejuízo de, posteriormente e sempre que considere necessário, enviar uma resposta por escrito devidamente fundamentada.

Muito Boa noite a todos venho aqui para
expor um problema ^{com} que me debrak a mãos
O Sr Presidente diz que este
me era uma vergonha para ~~Município~~
Município da Maia
✱

Varias reuniões com a Sr Veniador e
Sr engenheiro Fialho
Amc Miguel 1 com o Senha Presidente
da Câmara ultimamente faço reunião
com presidente da Câmara e que me
é recosada dizem para falar com
o Sr Engenheiro Fialho e ando
neste jogo de empurro

Haia abiente

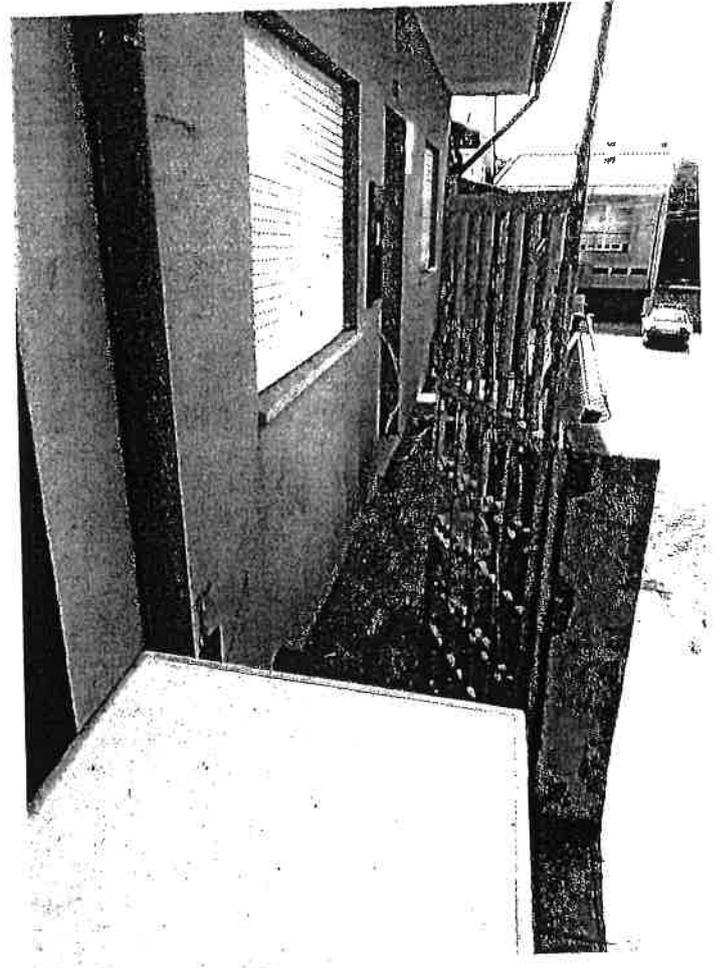
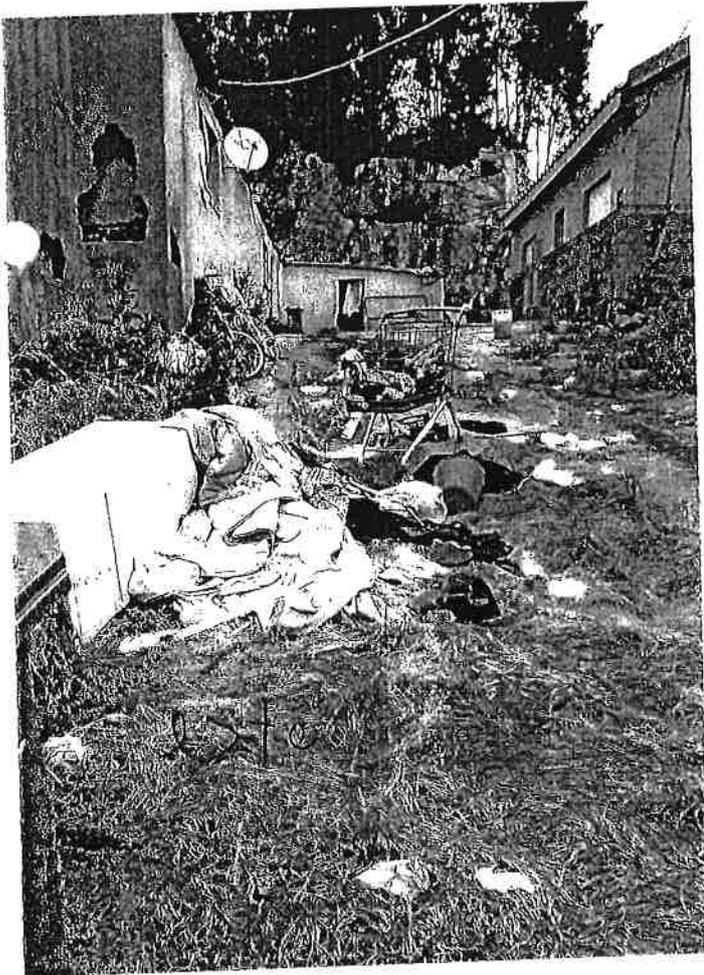
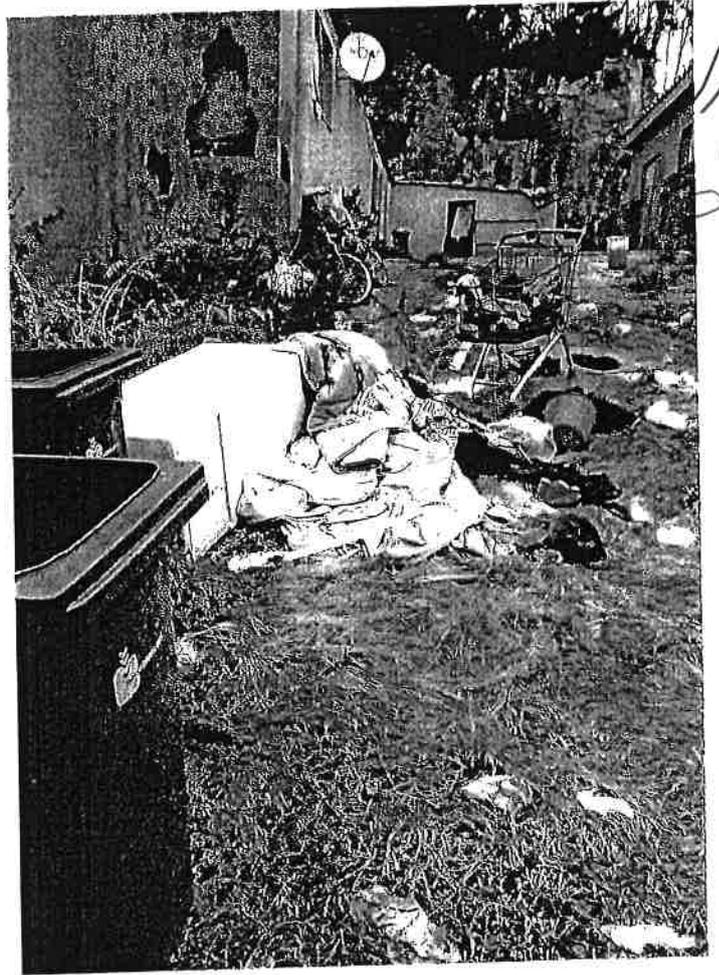
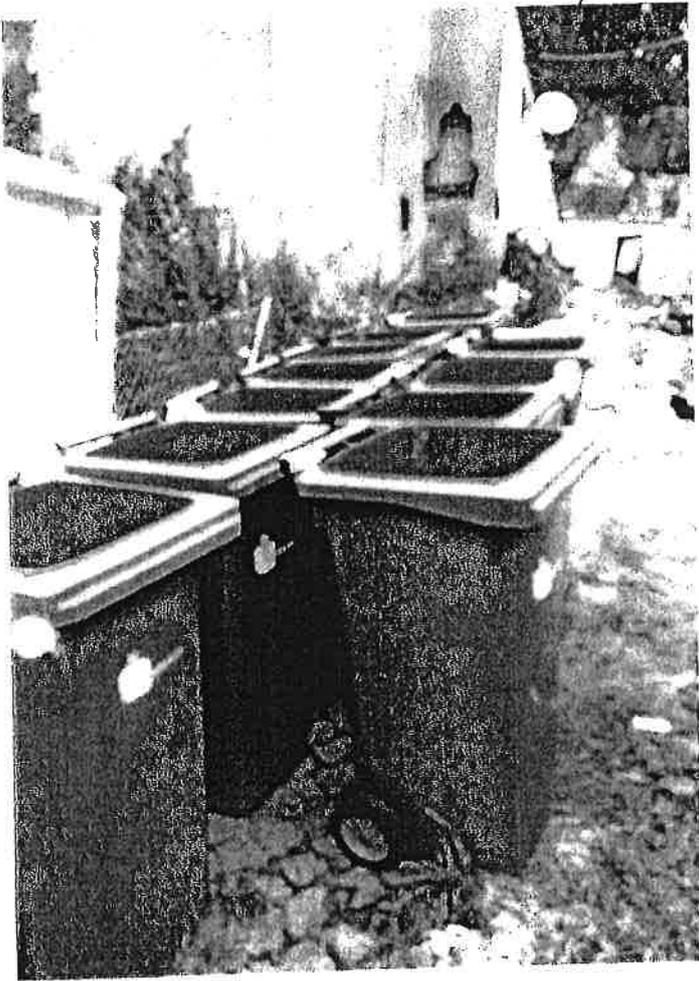
Lodo + a lama

Sinto-me em Ganado

É um problema de Saude
Publica

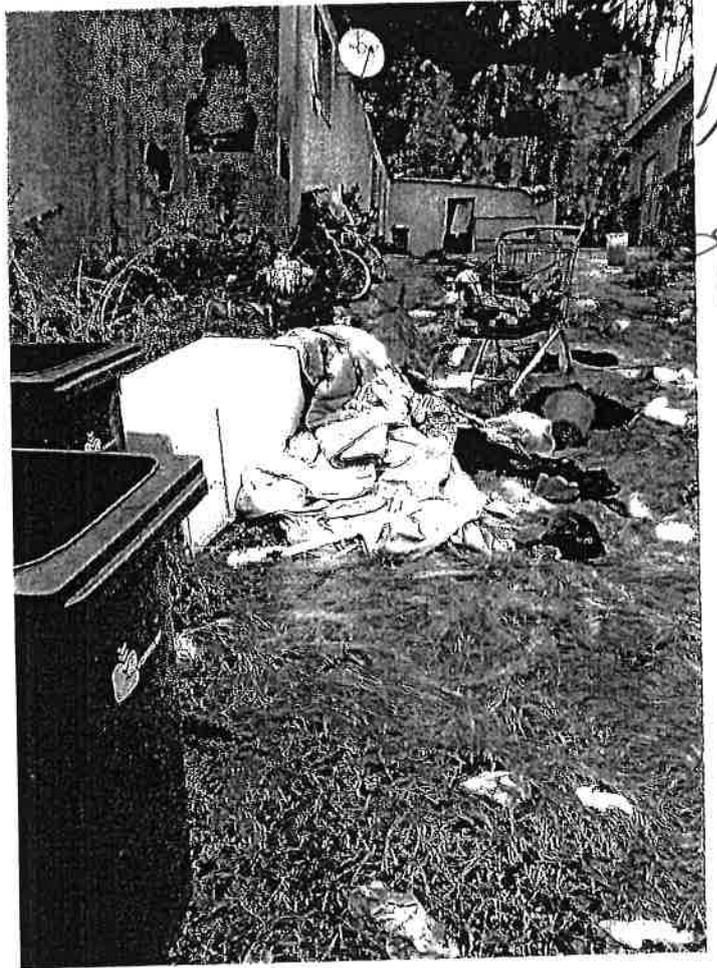
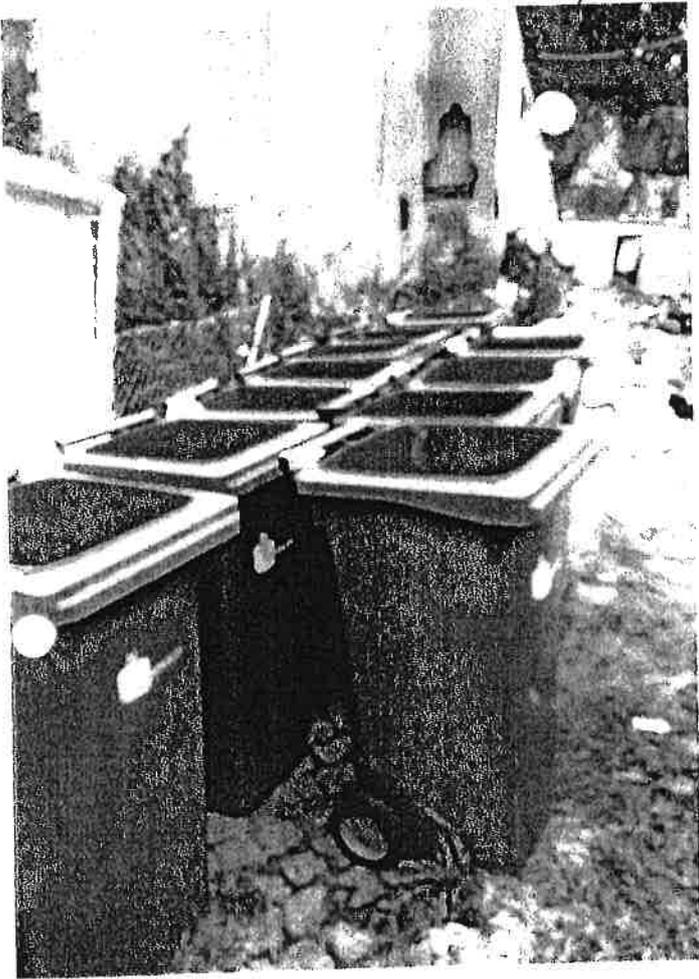


e assim que se vive na Haid

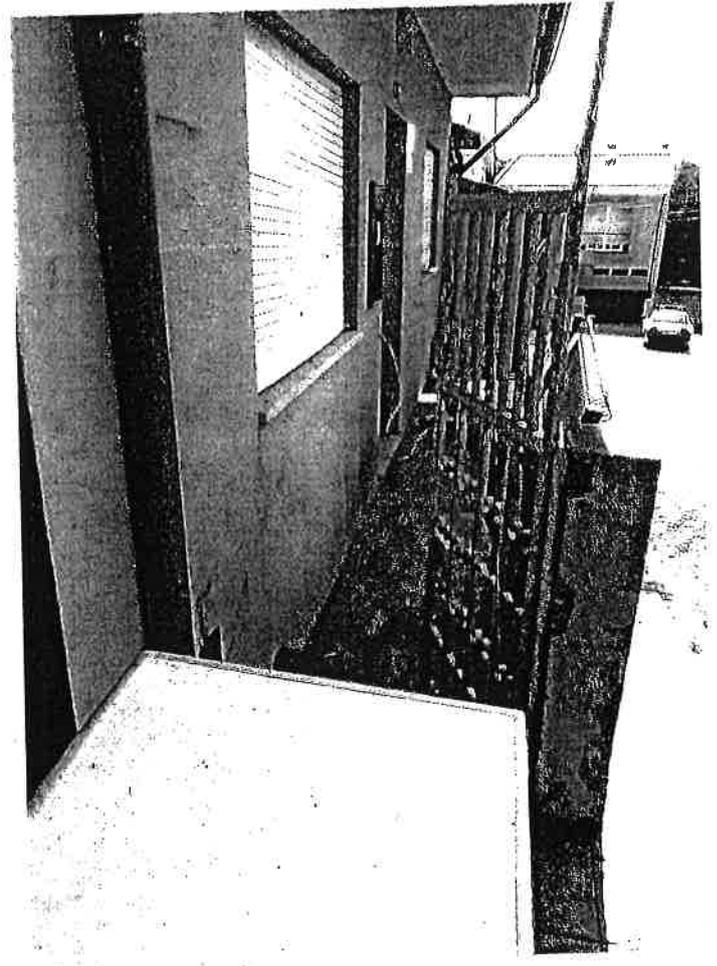


esta é a Trac. 3 Maio Pedrouços Maia

e assim que se vive na Maia



↑
↓



esta é a Trav. 3 Maio Pedrouços Maia



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

*Agenda para a próxima
Sessão da Assembleia Municipal*



Bnto 3.2 *2.54052*
N.54072/19
(19)

19
fs

Ex.mo Senhor
Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Paços do Concelho
MAIA

**ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA
ACTIVIDADE MUNICIPAL.**

Ex.mo Senhor Presidente,

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, o presente documento.

Esta Informação sobre a Actividade do Município é elaborada a propósito e na oportunidade da realização da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do ano de 2019.

A título de apontamentos passarei a referir alguns acontecimentos desde a última vez que me dirigi à Assembleia Municipal:



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

1 – No dia 22 de outubro, em cerimónia que decorreu nos Paços do Concelho, foi apresentado o projecto do “Centro de Investigação para a Saúde Humana e Animal” – CISHA. Como a Assembleia Municipal bem conhece, esta é uma parceria entre a Câmara Municipal da Maia, a Universidade do Porto e o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS) que vai trazer para a Maia um Centro de Investigação de excelência em domínios e áreas científicas onde o conhecimento se está a intensificar.

O CISHA dedicar-se-á a três áreas: à investigação básica e de translação sobre temas associados ao conceito da saúde global (“One Health”), a um serviço de cirurgia experimental e a um serviço de cirurgia para equinos. Esta última, dotada da mais moderna tecnologia, terá ao seu serviço um corpo clínico altamente diferenciado que posicionará o Centro como uma referência internacional que dará resposta ao que se perspetiva vir a ser a procura de tratamento cirúrgico diferenciado de cavalos em toda a Península Ibérica.

Num terreno cedido gratuitamente pelo Município, na Freguesia de Moreira, o edificado terá cerca de cinco mil metros de área de construção com um investimento que ascenderá aos 3 milhões de euros.

A Maia, e a sua ruralidade fecunda e produtiva que durante muitos séculos alimentou a região, certamente que muito poderá colher deste investimento, em



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

especial os nossos jovens e ousados empreendedores que se dedicam à terra e às explorações agrícolas e pecuárias.

Este projeto que foi iniciado em dezembro de 2017, com a assinatura do protocolo de cedência de terreno ao ICBAS, tem previsto o início da sua construção já a partir do próximo ano.

2 – No dia 5 de novembro, e também nos Paços do Concelho, procedemos à assinatura dos protocolos do nosso Programa de Saúde Escolar reunindo a comunidade escolar, os parceiros, os padrinhos e os embaixadores.

A promoção da saúde em meio escolar no nosso Município é uma realidade efetiva, que fomenta um estilo de vida ativo e saudável, que contribui para melhorar substancialmente o desempenho pessoal, intelectual, físico e emocional das nossas crianças e jovens. Neste ano letivo de 2019/2020 contamos já com cerca de 5.000 inscrições por entre crianças da rede pública e solidária aos jovens do 2º e 3º ciclos do ensino básico. É, claramente, uma aposta do presente na construção de um futuro melhor.

Uma breve relação de Projetos em desenvolvimento:

- Educação Postural “Maia, melhor postura, mais saúde”;
- Educação Alimentar “Maia, menu saudável & amigos hortícolas”;
- Saúde e Cidadania “Maia, amiga da dádiva de sangue”;
- Primeiros Socorros “Maia, pequenos SOS”;



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

- Prevenção Rodoviária;
- Saúde Mental “Maia mais igual – porta aberta à saúde mental”;
- Emergência Médica “Maia ajuda o INEM a salvar vidas”;
- Saúde Visual “Maia com os olhos no futuro”;
- Afetos “Violência no namoro: das práticas aos significados”;
- Adições “Põe-te a milhas das pastilhas”;
- Saúde Oral “Piercings o custo de um furo”;
- Educação Sexual “Sexualidade olhos nos olhos”;
- Saúde e Cidadania “Dar sangue, uma atitude positiva”;
- Educação Alimentar “Sabes o que comes ?”.

3 – No dia 30 de outubro celebrámos, com 16 instituições públicas e solidárias do Município, os protocolos de cooperação institucional **Saúde Sénior 60+** para o período de 2019/2020.

Esta é já a 6ª edição de um programa dedicado aos nossos mais avançados na idade e que visa a promoção da saúde física, mental e o bem-estar social enquanto bens imprescindíveis a uma vida completa, saudável, ativa, socialmente integrada e feliz.

Nesta edição deveremos chegar às 500 pessoas que terão ao seu dispor um amplo leque de atividades adequadas aos seus gostos e às necessidades expressas pelas instituições.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

Anualmente o número de parceiros aumenta (este ano juntaram-se-nos mais dois) sendo agora dezasseis as instituições neste projeto de cooperação social que tem como parceiros científicos a Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, a Escola Superior de Saúde de Santa Maria, o Instituto Universitário da Maia e a Universidade Fernando Pessoa.

4 – Deixo também uma nota acerca do proficuo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no LABS MAIA – Laboratório Aberto de Biologia e Saúde da Maia, sito ao Complexo de Educação Ambiental da Quinta da Gruta, que, em 19 de outubro, comemorou o seu 1º aniversário de funcionamento.

O compromisso fundamental que assumimos de estabelecer a ponte entre o laboratório de investigação e a escola – alunos entre os 4 e os 18 anos –, originando um fluxo de conhecimento prático por participação em atividades ligadas à investigação em laboratório, tem vindo a ser completamente conseguido. Com o LABS MAIA permitimos que as nossas crianças tenham desde muito cedo contacto com a ciência e com a investigação na área da saúde, através da frutuosa parceria com o IPATIMUP – Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto, a Bial e o consórcio científico i3S – Instituto de Investigação e Inovação em Saúde.



[Handwritten signature and scribbles]

5 – A questão do pagamento da dívida histórica do Município à EDP teve em outubro o seu epílogo. Com a aprovação do Tribunal de Contas quanto à contratação do empréstimo bancário aprovado em Assembleia Municipal de 29 de março, ficaram reunidas as condições para a consumação deste processo. Através do pagamento à EDP de 11,8 milhões de euros ficou sanada a dívida que, à data de 1 de janeiro de 2019, se situava em 17,1 milhões de euros.

Este acordo foi extremamente vantajoso para o município permitindo pagar uma dívida que remontava ao ano de 1977 (a EDP chegou a contabilizá-la em 30 milhões de euros acrescidos de 60 milhões de euros em juros) que somente foi possível graças à invejável saúde financeira da autarquia.

Com este processo baixámos muito significativamente o nosso nível de endividamento dando passos muito firmes com vista à redução a zero da dívida de longo prazo. Por outro lado permitirá dirigir as poupanças obtidas no serviço da dívida para melhorar ainda mais o dia a dia dos maiatos, nomeadamente nas infraestruturas e na eficiência dos serviços prestados pelos SMEAS e pelo Município.

6 – O Município voltou a ver ser-lhe atribuído o galardão ECOXXI pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), o que já acontece pelo décimo terceiro ano consecutivo. Este constitui o reconhecimento pelas boas práticas de



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

sustentabilidade e proteção da qualidade ambiental que o Município vem sistematicamente implementando ao longo de todos estes últimos anos. A distinção tem por base a avaliação da prestação dos municípios em 21 indicadores de sustentabilidade local em áreas como a Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, Sociedade Civil, Instituições, Conservação da Natureza, Ar, Água, Energia, Resíduos, Mobilidade, Ruído, Agricultura, Turismo e Ordenamento do Território.

A mesma entidade (ABAE) também galardoou cinco escolas da rede pública e privada do concelho da Maia – Escola EB 2/3 da Maia, Escola Básica e Secundária do Levante, Escola Básica e Secundária Dr. Vieira de Carvalho, Escola Secundária do Castelo da Maia e Colégio Novo da Maia – com Bandeiras Verdes do Programa Eco-Escolas. Trata-se do reconhecimento do trabalho de qualidade desenvolvido por cada uma das escolas em causa, no âmbito da Educação Ambiental para a Sustentabilidade. Através do Programa Eco-Escolas o Município tem vindo a envolver os estabelecimentos de ensino com vista a que desenvolvam projetos sobre as temáticas ambientais.

No mês de outubro, e no âmbito do projeto “Lipor Geração+”, foram entregues as renovações dos Certificados “Coração Verde” atribuídos a seis instituições educativas do concelho da Maia.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

No Município são 38 as instituições que participam no projeto sendo que destas 27 estão certificadas. O certificado em causa visa reconhecer as ofertas educativas que promovam o compromisso dos cidadãos com boas práticas ambientais tendo por base a otimização desses processos. Pretende-se o desenvolvimento de práticas promotoras de uma gestão de resíduos equilibrada e que vá de encontro à hierarquia de gestão de resíduos tendo por objetivo induzir práticas de compostagem, de agricultura biológica e de consumo sustentável.

7 – Os nossos “Ecocentros” – uma das respostas integradas para a recolha seletiva no Município da Maia – constituem uma verdadeira marca dos programas ambientais que o Município pioneiramente abraçou e lançou.

O sucesso e o êxito dos cinco Ecocentros que dispomos é atestado pelos números: no primeiro semestre de 2019 foram recolhidas mais de 4.149 toneladas de resíduos urbanos, o que representa um crescimento de 5% face a 2018.

Ao momento temos em curso um programa de obras de modernização e de melhoramentos na nossa rede de Ecocentros, num investimento da “Maiambiente” no montante de cerca de 300.000 euros.

Trata-se de intervenções nomeadamente na reabilitação dos cais de descarga dos resíduos, na rede elétrica, nas infraestruturas de saneamento e na instalação de sistemas de videovigilância mais atuais, para além de novos



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

espaços dedicados à recolha de resíduos elétricos e eletrónicos. Estão a ser também reabilitados os cais de descarga dos resíduos.

O programa, iniciado em 2018 no Ecocentro de Folgosa, prossegue atualmente nos de Moreira e Nogueira concluindo-se em 2020/2021 com as intervenções nos de Santa Maria de Avioso e de Águas Santas. De notar que durante o período das obras de reabilitação os Ecocentros continuam em funcionamento nos horários habituais.

8 – Em outubro, e em cerimónia formal, procedemos à imposição de insígnias aos Agentes da Polícia Municipal. Não obstante se tratar de algo simbólico, constitui um elemento imagético que reforça a identidade dos Agentes enquanto membros de uma unidade orgânica a quem o município da Maia confia a fiscalização, a aplicação e o cumprimento da legalidade nomeadamente quanto a posturas, regulamentos e regras municipais. A sua missão é de grande relevância no que respeita às condições de vivência do nosso território, garantindo que todos respeitam as decisões e os quadros de regras e princípios deliberados pelos Órgãos Autárquicos. Por outro lado, a sua presença e o seu posicionamento cívico junto dos Munícipes constituem fatores de confiança e de tranquilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Já em setembro a Polícia Municipal havia recebido seis bicicletas elétricas, em ato realizado no âmbito da “Semana Europeia da Mobilidade”. Os velocípedes permitem reforçar o policiamento de proximidade no centro da cidade, no eco caminho e nos parques, para além de se alargar o patrulhamento elétrico à Zona Industrial Maia I, cobrindo mais território e fazendo-o com melhor qualidade.

9 – Com a exposição “Foral da Maia – 500 Anos”, inaugurada em finais de setembro e patente ao público no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, demos início ao programa de comemorações da outorga do Foral da Maia. Pretendemos levar a efeito um conjunto de eventos transversais e abrangentes pois há uma dimensão do Foral da Maia que nos agrega e une em torno de um sentimento de pertença, já que o Foral contém, em si mesmo, o primeiro documento que inicia a reconfiguração da nossa identidade cultural.

A referida exposição está dotada de um cariz eminentemente didático fazendo-se, desde logo, um percurso pelos Forais e sua história, desde os que foram conferidos pelos nossos primeiros monarcas até aos que foram outorgados pelo rei D. Manuel I – após uma ampla reforma daqueles documentos – com destaque, naturalmente, para o Foral da Maia concedido a 15 de dezembro de 1519.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA
Gabinete do Presidente

A exposição estende-se por duas salas sendo que na segunda sala é abordada a questão do território medieval maiato, o quotidiano das gentes da Maia e a forma como pagavam os seus tributos, e explica-se o conteúdo do Foral e a sua importância, pois, como qualquer outro Foral, constitui um documento fundamental para a estruturação do território e para a regulação da vida social e económica. Isto é, pode-se dizer que a história dos Forais é a história do território e das suas gentes.

10 – Em anexo apresento um reporte acerca da situação financeira da Câmara Municipal. Quanto à relação descritiva dos Processos Judiciais em curso, remete-se para a que integra os documentos previsionais das GOP e Orçamento para 2020 já que, ao momento, não existem alterações a esse documento.

Mais informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

a) Documentos –	1.568.216,70
b) Dotações orçamentais	29.368.045,89
c) Dotações não orçamentais –	4.179.535,38



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470-202 MAIA

Gabinete do Presidente

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, aproveito a ocasião para apresentar a V. Exa e à Ex.ma Assembleia Municipal os meus melhores cumprimentos e os **meus sinceros desejos de que tenham e passem umas Boas Festas.**

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 20 DE NOVEMBRO DE 2019,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO DOMINGOS DA SILVA TIAGO)



maia
CÂMARA MUNICIPAL

*REPORTE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - à data
de 31 de outubro de 2019*



RESUMO DE FLUXOS DE CAIXA

Quadro 1

FLUXOS DE CAIXA			
outubro de 2019			
RECEBIMENTOS		PAGAMENTOS	
Saldo da gerência anterior	24.938.361,03	Despesas Orçamentais	53.449.277,06
Execução Orçamental	20.601.235,90	Correntes	35.368.661,25
Operações de tesouraria	4.337.125,13	Capital	18.080.615,81
Receitas Orçamentais	59.856.618,20	Operações de tesouraria	3.089.404,68
Correntes	55.996.090,75		
Capital	3.857.701,91	Saldo para a gerência seguinte	31.417.103,69
Outras	2.825,54	Execução Orçamental	27.008.577,04
Operações de tesouraria	3.160.806,20	Operações de tesouraria	4.408.526,65
	87.955.785,43		87.955.785,43

Un: Euros

No final do mês de outubro de 2019:

- ✓ Os recebimentos ascenderam a 63.017.424,40 €, dos quais 59.856.618,20 € respeitam a receitas orçamentais e 3.160.806,20 € a operações de tesouraria (onde se incluem as cauções em dinheiro);
- ✓ Os pagamentos totalizaram 56.538.681,74 € sendo que 53.449.277,06 € resultam de despesas orçamentais e 3.089.404,68 € de operações de tesouraria;
- ✓ Do balanceamento das entradas, saídas e do saldo da gerência anterior, resulta um saldo a transitar para o período seguinte de 31.417.103,69 €, sendo 4.408.526,65 € relativos a operações de tesouraria e 27.008.577,04 € relativos à execução orçamental.

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

CAMARA MUNICIPAL ISOLADAMENTE

Quadro 2

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL				Variação	
	2016	2017	2018	outubro 2019	2018/2019	2010/2019
Dívida de Natureza Orçamental	33.471.039	27.461.832	24.097.895	20.190.552	-3.907.343	-56.736.644
Dívida de Médio e Longo Prazo	29.548.408	23.510.996	20.544.024	16.563.701	-3.980.322	-43.677.795
Dívida de Curto Prazo	3.922.631	3.950.836	3.553.872	3.626.851	72.979	-13.058.849
Dívida de Natureza Não Orçamental	13.112.978	12.034.573	10.857.471	9.789.037	-1.068.434	9.789.037
Dívida de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	13.112.978	12.034.573	10.857.471	9.789.037	-1.068.434	9.789.037
Dívida Total	46.584.017	39.496.406	34.955.366	29.979.589	-4.975.777	-46.947.607
Taxa de crescimento da dívida	15,0%	-15,2%	-11,5%	-14,2%		-61,0%
Natureza Orçamental	-17,4%	-18,0%	-12,2%	-16,2%		-73,8%
Médio e longo prazo	-19,6%	-20,4%	-12,6%	-19,4%		-72,5%
Curto prazo	4,3%	0,7%	-10,0%	2,1%		-78,3%
Natureza Não Orçamental	-	-8,2%	-9,8%	-9,8%		-
Antecipação de Rendas	-	-8,2%	-9,8%	-9,8%		-

em Euros

À data de 31 de outubro de 2019 verifica-se que:

- ✓ A *Dívida Total* ascende a 29.979.589 €, o que representa uma diminuição de (-) 4.975.777 € face à dívida existente em 31 de Dezembro de 2018, refletindo uma variação de (-) 14,2%.
- ✓ A *Dívida de Médio e Longo Prazo* de natureza orçamental ascende a 16.563.701 €, o que representa um decréscimo de (-) 3.980.322 € face à *Dívida de Médio e Longo Prazo* existente no final de 2018, determinando uma variação de (-) 19,4%.
- ✓ A *Dívida de Curto Prazo* situa-se em 3.626.851 €, o que reflete um aumento de (+) 72.979 € face ao valor existente em finais de 2018, anunciando um acréscimo de (+) 2,1%.
- ✓ A *Dívida de Médio e Longo Prazo* de natureza não orçamental que está associada ao processo de antecipação de rendas ascende a 9.789.037 €, o que representa um decréscimo de (-) 1.068.434 € face à dívida de idêntica natureza existente no final de 2018, determinando uma variação de (-) 9,8%.

Justifica-se neste âmbito uma breve menção à alteração do registo contabilístico da operação de cessão de créditos das rendas de habitação social celebrada em 2004, reconduzido para o domínio dos empréstimos bancários de médio e longo prazo a partir do exercício de 2016, na sequência do acolhimento da recomendação do Tribunal de Contas, facto amplamente divulgado nos dois últimos Relatórios de Gestão do transato ano.

Observa-se por isso uma alteração significativa do conteúdo da dívida total de operações orçamentais do município a partir do exercício de 2016, o que fragiliza qualquer análise comparativa que se pretenda coerente.

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Quadro 3

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO	2016	2017	2018	outubro 2019	Varição
					2018/2019
Dívida de Natureza Orçamental	29.548.408	23.510.996	20.544.024	16.563.701	-3.980.322
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	27.359.613	21.802.253	20.223.634	15.230.108	-4.993.526
Empréstimos de MLP destinados a fins diversos	14.268.950	9.940.941	9.601.373	5.597.110	-4.004.263
Empréstimo Bancário de ML_P com o BTA no montante de 29.927,873,82	2.670.759	1.335.379	0	0	0
Empréstimo Bancário de ML_P com BPI no montante de 20.000.000	1.933.530	966.765	0	0	0
Empréstimo Bancário de ML_P com BPI no montante de 9.200.000 - Aquisição dos Lotes de Terreno n.ºs 1 e 4 à TECMAIA	7.155.556	6.133.333	5.111.111	4.600.000	-511.111
Empréstimo Bancário de ML_P ao abrigo do PREDE - 12.545,533	2.509.107	1.505.464	501.821	0	-501.821
Estado	2.509,107	1.505,464	501,821	0	-501,821
Assunção da posição contratual do Empréstimo Bancário com a CGD no montante de 3.988,440€, no âmbito do processo de dissolução do FIF Maia Golfe			0	3.988,440	997,110
Empréstimos de MLP destinados à Habitação Social	13.090.663	11.861.312	10.622.262	9.632.998	-989.263
Empréstimo Bancário de ML_P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169,214,75	4.359,463	4.033,301	3.699,133	3.528,914	-170,218
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a CGD - no montante de 7.481,968,46€	2.339,294	2.061,342	1.782,909	1.526,755	-256,154
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a CGD - até 21.007,737,65	6.391,906	5.766,669	5.140,220	4.577,329	-562,891
Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo	2.188.795	1.708.743	320.390	1.333.593	1.013.204
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	52,866	0	0	0	0
FAM - Fundo de Apoio Municipal	2.135,929	1.708,743	320,390	213,593	-106,797
Credores por Investimentos Financeiros_mip				1.120,000	
Dívida de Natureza Não Orçamental	13.112.978	12.034.573	10.857.471	9.789.037	-1.068.434
Dívidas de Médio e Longo Prazo - Antecipação de Rendas	13.112.978	12.034.573	10.857.471	9.789.037	-1.068.434
Banco Santander Totta	6.556,489	6.017,287	5.428,736	4.894,519	-534,217
Banco BPI	6.556,489	6.017,287	5.428,736	4.894,519	-534,217
Total da dívida de médio e longo prazo	42.661.386	35.545.569	31.401.495	26.352.738	-5.048.756
Taxa de crescimento	16,1%	-16,7%	-11,7%	-15,1%	

Un. Euros

À data de 31 de outubro de 2019 a *Dívida de Médio e Longo Prazo* ao totalizar 26.352.738 € compreende a importância de 16.563.701 € de natureza orçamental e 9.789.037 € de natureza não orçamental:

- ✓ Apresenta no seu cômputo global uma diminuição de (-) 5.048.756 €, (-) 16,1%, face a 31 de dezembro de 2018;
- ✓ Do total dos empréstimos de médio e longo prazo, 63,2% correspondem a empréstimos contratados a 25 anos para financiamento da Habitação Social ao abrigo do Programa Especial de Realojamento (PER)
- ✓ Cerca de 57,8% da dívida de médio e longo prazo encontra-se contratualizada através de empréstimos bancários, 37,1% respeita a dívida relativa ao processo de antecipação de rendas, e 5,1% a outras dívidas de médio e longo prazo onde também se inclui o FAM.

COMPOSIÇÃO E EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Quadro 4

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO					Variação 2018/2019	Peso
	2016	2017	2018	outubro 2019		
Fornecedores c/c	614.798	482.497	262.589	188.509	-74.080	5,2%
Fornecedores imobilizado	27.101	134.742	18.201	64.673	46.472	1,8%
Outros credores	3.280.732	3.333.597	3.273.081	3.373.669	100.588	93,0%
Total da Dívida de Curto Prazo	3.922.631	3.950.836	3.553.872	3.626.851	72.979	100,0%
Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo	4,3%	0,7%	-10,0%	2,1%		
Fornecedores c/c	64,9%	-21,5%	-45,6%	-28,2%		
Fornecedores imobilizado	67,3%	397,2%	-86,5%	255,3%		
Outros credores	-2,7%	1,6%	-1,8%	3,1%		

Un: Euros

À data de 31 de outubro de 2019 a *Dívida de Curto Prazo* ao totalizar 3.626.851 € espelha:

- ✓ Uma variação de (+) 2,1% o que em valor absoluto representa um aumento de (+) 72.979 €, face ao assinalado no final de 2018.
- ✓ O aumento observado resulta do acréscimo das rubricas, de "*Fornecedores de imobilizado*" (+) 46.472 € e de "*Outros Credores*" (+) 100.588 € e, em sentido inverso, do decréscimo de "*Fornecedores c/c*" que apresentam uma variação de (-) 74.080 €.
- ✓ Importa todavia assinalar que estes valores, à exceção dos que estão pendentes de resolução forense, se reportam a faturação emitida em datas próximas do final do mês de outubro, encontrando-se uma grande parte em conferência e, por maioria de razão, não vencida, pelo que a sua materialidade não oferece qualquer preocupação em matéria de gestão da dívida de curto prazo, estando o seu valor indexado ao ritmo mensal de faturação do Município da Maia, permitindo assim a concretização de pagamentos dentro do prazo médio atualmente estabelecido, de apenas 4 dias.
- ✓ No montante em dívida a "*Outros Credores*" está incluído o débito de 3.171.289 € de participações para investimento à LIPOR que está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação;
- ✓ Deste modo, isoladas que fossem as dívidas de "*Outros Credores*" que estão a ser dirimidas em sede judicial, a dívida de curto prazo à data de 31 de outubro de 2019 somaria apenas 455.562 €. Um valor com esta ordem de grandeza reflete a cadência mensal de faturação do município.

Handwritten signatures and initials on the right side of the page.

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO

Quadro 5

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO						
	2014	2015	2016	2017	2018	3T2019

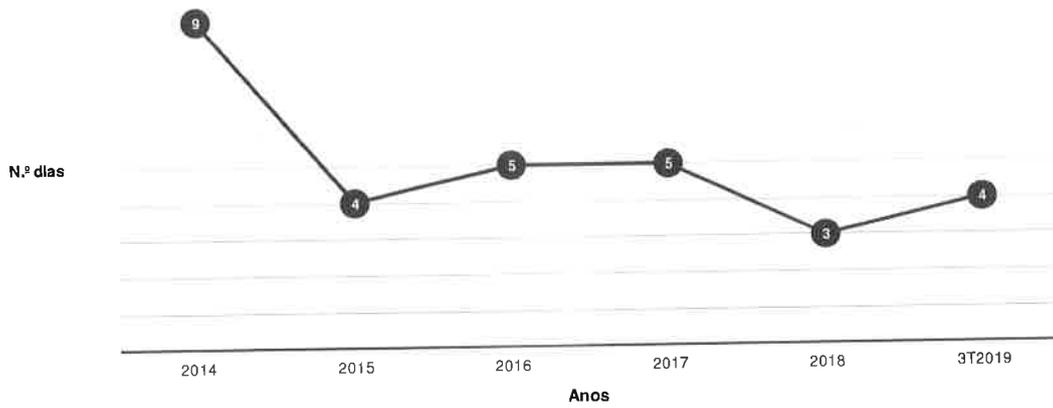
$$PMP = \frac{\sum_{t=1}^n DF}{\sum_{t=1}^n A} \times 365$$

	9	4	5	5	3	4
--	---	---	---	---	---	---

(*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

Gráfico 1

EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO PAGAMENTO



No final do 3.º trimestre de 2019 o prazo médio de pagamento era de 4 dias.

CAMARA MUNICIPAL INCLUINDO IMPACTO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS - 3.º TRIMESTRE DE 2019

Tendo por referência a Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, e o conceito de Endividamento, que engloba a dívida total de operações orçamentais do município e das diversas entidades nas quais participa, foi calculado um novo limite de dívida que não pode ultrapassar 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Considerando o exposto, apresenta-se uma apreciação ao endividamento municipal do 3.º trimestre de 2019, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo deste novo limite, designado de "**Limite da Dívida Total**", com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na atual Lei das Finanças Locais, e conforme norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais.

Quadro 6

Receita Corrente Cobrada Líquida dos últimos três anos			
	2016	2017	2018
Município (+)	65.424.408	64.614.800	67.639.157
Receitas correntes líquida cobrada aos SMAS (-)	-486.209	-515.227	-506.240
SMAS (+)	16.368.313	17.250.721	17.963.578
Receitas correntes líquida cobrada ao Município (-)	-486.357	-515.161	-506.211
Total da Receita Cobrada Líquida	80.820.155	80.835.133	84.590.284
Média dos últimos três anos		82.081.857	
Limite da Dívida Total <=		123.122.786	

Un:Euros

(*) Apuramento de limite a aguardar confirmação da DGAL

Em resultado do enquadramento legal aplicável em matéria de endividamento municipal e da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, insere-se um quadro resumo com a contribuição individual de cada uma das entidades, bem como do posicionamento do município face a este novo limite legalmente imposto.

Quadro 7

APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS DO MUNICÍPIO	
3.º Trim 2019	
Identificação	Contribuição
Município (1)	29.894.482
Dívida bruta sem contrato de antecipação de rendas	19.995.927
Contrato de antecipação de rendas (cessão de créditos)	9.898.554
Serviços Municipalizados e intermunicipalizados (2)	17.657.761
SMAS - Serviços Municipalizados Águas e Saneamento	17.657.761
Entidades intermunicipais e entidades associativas municipais (3)	4.739.168
Lipor - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto	4.712.599
Área Metropolitana Porto	941
APCT - Assoc Parque de Ciência e Tecnologias do Porto	21.668
AdePorto - Agência de Energia do Porto	382
Rede Intermunicipal de Cooperação e Desenvolvimento (**)	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	2.741
Litoral Rural - Associação de Desenvolvimento Regional	839
Empresas locais e participadas que violam a regra do equilíbrio (4)	3.663.894
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.M.	1.597.289
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A	207
Municípiã - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	91.619
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A., E.M. (*)	1.974.779
Cooperativas e Fundações (5)	125.343
Cooperzo - Cooperativa Zoológica da Maia (*)	3.088
Fundação do Conservatório de Música	83.187
Fundação do Desporto	1.441
Fundação da Juventude	29.776
Fundação Serralves	7.851
Entidades de outra natureza (6)	4.219.922
FEI Maiaimo	4.219.922
TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO PARA DÍVIDA ORÇAMENTAL DO MUNICÍPIO	60.300.571
(7) = (1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)	
LIMITE LEGAL (8)	123.122.786
MARGEM ABSOLUTA (9) = (7) - (8)	-62.822.215
MARGEM UTILIZÁVEL (alínea b) n.º 3 art.º 52 LFL (10) = - (9) * 20%	11.608.900
MARGEM DISPONÍVEL PARA UTILIZAR (11) = (7)_{SI} + (10) - (7)_{TRIM}	16.386.617

Un: Euros

notas:

(*) Entidade em processo de dissolução e liquidação / dissolvida

(**) Entidade sem início de atividade



A análise dos dados apresentados no quadro 7 permite concluir que, para o limite de dívida total de 123.122.786 €, no final do 3.º trimestre, a dívida total do município atingiu o montante global de 60.300.571 € €, posicionando-o abaixo do limite legal em (-) 62.822.215 € e dentro dos limites da margem utilizável.

5.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal da Maia – 2 de Dezembro de 2019



Ponto 3.3 – Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais

DECLARAÇÃO DA CDU

Mais uma vez – e como sempre – a Câmara Municipal apresenta a esta Assembleia uma proposta de Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais do Município em reiterada e ostensiva violação do Estatuto do Direito de Oposição.

Apesar de sucessivas advertências e protestos, nomeadamente do Grupo Municipal CDU, a maioria continua sem ouvir os partidos sem representação no Executivo, contrariando o disposto no n.º 3 do Art.º 5.º (Direito de consulta prévia) da Lei n.º 24/98, de 26 de Maio.

(Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respectivos orçamentos e planos de actividade.)

Das matérias constantes dos documentos em apreciação, e desde logo por estar em linha com a atitude refractária da maioria em relação ao direito de participação da oposição e até de desrespeito por sucessivos pedidos de informação, gostaríamos de salientar a intermunicipalização da STCP, sem prejuízo da discussão que, dentro de uma ou duas semanas, teremos – finalmente! – de fazer nesta sede.

Neles está inscrita uma dotação de cerca de 1,5 milhões de euros para o exercício de 2020, num total de 5,6 milhões no horizonte de 2023, a que acresce IVA, a título de obrigações de serviço público de transportes, substancialmente aumentadas em consequência do Memorando de Entendimento outorgado em Setembro entre o Governo, a STCP e os seis municípios servidos pela empresa.

Em primeiro lugar, recordamos que o presidente da Câmara assinou o referido memorando sem ter consultado o órgão deliberativo do Município, nem tão-pouco se dignou responder a sucessivos pedidos de informação e de reunião que lhe foram dirigidos pela Comissão de Transportes e Mobilidade criada por esta Assembleia.

Em segundo lugar, temos dúvidas quanto à legalidade da inscrição de verbas destinadas a fins que (ainda) não estão autorizados pela Assembleia, embora o decreto-lei (n.º 151/2019, de 11 de Outubro) que procede à referida intermunicipalização entre em vigor já no dia 1 de Janeiro.





Em terceiro lugar, chamamos a atenção para as condições em que os municípios assumem a titularidade da STCP, com o Governo a subtrair o Estado das suas obrigações, designadamente no que diz respeito a garantias de financiamento e de investimento.

Na verdade, para além dos 5,6 milhões de euros devidos até 2023 (termo do contrato de serviço público), ano que cessam as obrigações do Estado quanto a encargos com a renovação da frota de autocarros, os municípios terão de investir cerca de 120 milhões de euros até 2029, cabendo à Maia cerca de 11,5 milhões.

Da análise aos documentos, ressalta ainda a convicção de que, apesar de resultados transitados largamente positivos, a Câmara faz na realidade pouca obra e mantém uma crónica ausência de inscrição de financiamento na maior parte dos projectos. Para 2020, há 53 novos projectos (num total global de 355), mas apenas 14 deles têm financiamento definido.

Um caso sintomático é o das "obras de significado local", isto é, de arruamentos: de um total de 49 projectos, 34 (69,4%) não têm qualquer financiamento em 2020 e 45 (92%) não registam qualquer realização, embora muitos venham desde 2004, ... 2008, etc. Que dizer, também, da crónica falta de financiamento para os mercados...

Dos 355 projectos que constam do Plano Plurianual, 150 (46,3%) não têm financiamento definido, correspondendo a 43,3 milhões de euros sem dotação, isto é, 53,7% do total previsto de 80,8 milhões...

De entre os inúmeros que poderíamos referir, destacamos, a título simbólico, os investimentos relativos a racionalização energética: de 4,2 milhões previstos, 2,7 milhões não têm financiamento definido. Se a CM já tivesse investido este valor, certamente estaria a amortizar grande parte do investimento com a economia da factura da electricidade...

Factura que, só em iluminação pública, vai aumentar em 444 mil euros, o que é justificado, nos documentos, pela transição para o mercado liberalizado que, citamos, "contrariamente ao que seria expectável, um aumento da despesa significativo".

Caso para dizer que bem anda enganado quem incensa as liberalizações com a promessa de redução de preços: bem se vê o resultado, nos cofres das autarquias e nos bolsos dos consumidores...

A propósito de investimentos, apesar do manifesto défice de fogos de habitação pública no Município, não há uma palavra sobre construção de novos empreendimentos, e, não obstante a enorme importância da Lei de Bases da Habitação, o Plano nada refere sobre estratégia para a aplicar, designadamente no que diz respeito à elaboração da importantíssima Carta Municipal de Habitação (Art.º 22.º) e muitas outras obrigações.

Tão-pouco no domínio do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e de ARU há progressos, pois só para a Cidade da Maia estão previstos financiamentos.

Em suma, em 2020 a Maia não ver ser um bom exemplo ~~em 2020~~ em termos de política de habitação.

Para terminar, duas breves notas:



1.ª - As transferências – correntes e de capital – para as juntas de freguesia continuam muito inferiores ao que seria desejável, tendo em conta a sua importância, com apenas 1,5 milhões de euros, em contraponto com as transferências previstas para as instituições sem fins lucrativos (quase 2,7 milhões).

2.ª - O dossiê Tecmaia continua por resolver, devendo sublinhar-se que não consta sequer a definição de financiamento 200 mil euros, tanto no Plano Plurianual de Investimentos como no Plano de Actividades Mais Relevantes.

Disse:

Alan

BLOCO DE ESQUERDA
MAIA

[Handwritten signatures]

PONTO 3.3 OT
GRANDES OPÇÕES DO PAÍNO – ORÇAMENTO

Bem sabendo que a metodologia seguida pelo Executivo está sustentada na Lei, não podemos deixar de evidenciar a falta de condições para que a Oposição, em tempo útil, dê contributos que possam substanciar-se em propostas materializáveis nas GOP/Orçamento. Parece-nos que seria manifestação de uma saudável vivência e participação democrática, que no início de segundo semestre de cada ano fosse criada uma Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Orçamento para o ano seguinte. Tal permitiria, salvo melhor opinião, que fosse apresentado à Assembleia Municipal um documento mais discutido e eventualmente mais consensualizado, no que fosse possível. Dada a natural diferença de apreciação e soluções respectivas para os problemas. Resultado de um debate prévio que não impediria, de forma alguma, que a final do processo a Assembleia Municipal se pronunciasse de acordo com a legislação e o seu regimento. E aqui sim a discussão se centraria muito mais nos aspectos políticos das opções do que sobre a sua substância. Em contraponto, temos claramente uma situação em que num curto espaço de tempo tenhamos de apreciar um documento importantíssimo cuja execução terá reflexos na vida das pessoas.

Trazer a este fórum a discussão de quanto mais ou menos se orçamenta neste ou naquele *item* é esquecer no fundamental a relevância das escolhas políticas e o que lhes subjaz. Por exemplo, que escolhas para o sector da Habitação, Saúde/Apoios Sociais/Educação/Juventude e Desporto/Transportes/Ambiente.

Não esperávamos um enunciar de ideias e intenções em ruptura com o que nos foi apresentado o ano passado. Estamos numa solução de continuidade. Nada de propostas fracturantes.

Falando concretamente sobre o Orç e as GP

RECEITAS					
	18	19	Var/18/19	20	Var/18/19
Rec Corr	63.840.258,00 €	66.544.548,00 €	4,24%	70.013.407,00 €	5,21%
Inp Dir	39.698.800,00 €	40.354.800,00 €	1,65%	43.842.000,00 €	8,64%
Imp Ind	2.134.100,00 €	1.966.800,00 €	-7,84%	2.510.000,00 €	27,62%
Tx Mult Pen	779.000,00 €	1.263.100,00 €	62,14%	637.800,00 €	-49,51%
	42.611.900,00 €	43.584.700,00 €	2,28%	46.989.800,00 €	7,81%
DESPEASAS					
	18	19		20	
Desp Corr	48.352.759,00 €	51.807.261,00 €	7,14%	55.957.810,00 €	8,01%
Pessoal	20.295.940,00 €	21.579.750,00 €	6,33%	22.226.940,00 €	3,00%
Aquis B Serv	20.055.846,00 €	20.024.321,00 €	-0,16%	22.564.409,00 €	12,69%
Transf Corr	4.101.050,00 €	4.536.386,00 €	10,62%	5.147.040,00 €	13,46%

Subs	3.257.866,00 €	5.084.280,00 €	56,06%	5.664.780,00 €	11,42%
	47.710.702,00 €	51.224.737,00 €	7,37%	55.603.169,00 €	8,55%

As Receitas Correntes Orçamentadas têm vindo a crescer desde 2018. E enquanto em 19 projectou-se um crescimento de 4,24%, para 2020 aponta-se um crescimento de 5,21%, relativamente a 19.

Dessas receitas correntes a variação projectada para 2020 dos impostos directos é de 8,64%. Note-se que nas premissas (4.2) do orçamento é salientada a perda de receitas, no IMI, Derrama e IRC, por força da deliberação da Assembleia Municipal. Há aqui uma clara intenção de transferir para o órgão deliberativo uma decisão que de facto não influenciou como todos bem sabem. As propostas que vieram à AM são as propostas do Executivo. Pelo que está projectado não haverá perda de receitas em Impostos Directos, antes pelo contrário há sim um aumento significativo de 5,21%.

Curiosamente, talvez como resultado da necessidades a satisfazer clientelas políticas e interesses económicos privados e específicos, a verba projectada para Taxas, Multas e Outras Penalizações tem uma diminuição projectada de quase 50%, comparando 2019 com 2020. No referido ponto 4.2 (premissas) há um parágrafo exclusivamente dedicado a esta matéria (parágrafo 18), o que revela quanto o Executivo a valoriza.

Do lado das Despesas: relativamente à Aquisição de Serviços, com um peso elevado no conjunto da rubrica Aquisição de Bens e Serviços não é dada qualquer explicação para o incremento de 2.460.062 € (+ 14,5%), relativamente a 2019.

Também não são explicados os incrementos significativos em Transferência Correntes, 13,46%.

Quanto aos Investimentos: a informação contida na parcela dedicada à Habitação é 0 (ZerO). Havendo notícias de carência de habitação social no Município, assinala-se negativamente a intenção de nada se fazer sobre esta matéria..

Na área da saúde pública é irrisória a verba que se projecta afectar à dotação de desfibriladores nos equipamento escolares. Somente 20.000 €, num total previsto de 80.000€, do qual nada ainda foi executado.

Para 2020 parece-nos que as verbas orçamentadas, para o que está definido, relacionadas ^{com} a protecção do meio ambiente e conservação da natureza são ridículas face ao repetidamente anunciado de quanto a Maia é amiga do ambiente e determinada na prossecução de medidas de sustentabilidade ambiental. Por razões que bem conhecemos, esperemos que o aproximar de um novo ciclo eleitoral não apresse, a execução do que está previsto, até 2021.

No mês de Outubro foi notícia o projecto do CISHA. Não vislumbramos qualquer referência nas projecções das responsabilidades financeiras imputáveis ao município da Maia, tendo em conta ser um dos parceiros do empreendimento. *Em conclusão:*

1. A deturpada referência a rubricas das receitas correntes;
2. A inexistência, insuficiência e pouco transparente informação, no que se refere às despesas correntes;
3. A provada insuficiência e ausência de investimentos em anunciados projectos;

4. A evidência de que, com estes documentos, o executivo apresenta o propósito de realização do seu programa, que não é o nosso, são razões suficientes para rejeitarmos as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2020, pelo que iremos votar contra.

Maia, 2 de Dezembro de 2019

Grupo Municipal do Bloco de Esquerda

Handwritten signature and initials in black ink, located in the upper right corner of the page. The signature appears to be 'D. P.' and the initials are 'M. J.'.

Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano de 2020

Após análise dos documento fornecidos pela Assembleia Municipal podemos dizer que relativamente a este documento que vem a sufrágio: **Grandes opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano de 2020 que não contém novidades no sentido de mudanças estratégicas**, de um planeamento a futuro prazo, não se verifica um investimento âncora relevante. A preocupação fundamental é a de gerir as necessidades diárias e as despesas correntes da manutenção desta mui nobre casa.

É um facto, o aumento de 3,4 milhões de receitas correntes devido ao aumento esperado nos impostos directos e das transferências correntes, mas este aumento de receitas não se reflecte nas transferências para os Orçamentos das Juntas de Freguesia e assim em consequência dá-se a impossibilidade destas implementarem projectos galvanizadores.

Portanto a contrastar com este aumento de 3,4 milhões na receita vemos:

- 25 000 euros para o conjunto das 10 freguesias com vista à aquisição de equipamentos ou reequipamentos (serão palcos?);
- 20 mil para construção, remodelação, ou adaptação de outros edifícios propriedade da junta;
- 20 mil euros para comparticipação de viaturas com vista a atividades de apoio social.
- Menos de meio milhão de euros em transferência de Capital e pouco mais de 1 milhão para acordos de aquisição a dividir pelas 10 freguesias.
- Repito a dividir pelas 10 freguesias. Fomenta-se uma política de subserviência em que em nada ganham os nossos maiatos.

Esta breve análise que aqui me aprove enfatizar está bem explicada na declaração de voto dos Vereadores da coligação UM Novo Começo, entregue após a reunião da Vereação para elaboração e debate

deste documento de extrema relevância. Esta bancada partilha a análise dos Vereadores da Coligação Um Novo Começo resumidamente:

- De que a rede de transportes públicos rodoviários está desajustada das necessidades da população, precisamos sobremaneira da ligação de Metro entre o Hospital de S. João e o Centro da Maia. Onde está o sistema BIKESHARING Prometido eleitoralmente?
- Onde está materializada a estratégia de despoluição do Rio Leça? 385 000 para requalificar o corredor verde?
- 0,1% do Orçamento Anual – 100 000 para a Rubrica da Segurança e Ordem Pública? Duas áreas?
- 70 000 para reformulação dos mercados de Pedras Rubras, do Mercado Feira do Castelo e do Mercado Feira de Pedrouços?
- Em contrapartida 2 milhões para encargos de dissolução da TECMAIA fora o que já está para trás.
- Um milhão despendido em custo de imagem e publicações? Já estão em campanha eleitoral?

E assim se justificou o voto contra dos Vereadores da Coligação Um Novo Começo e também se justificará o voto contra da bancada da Assembleia Municipal da Coligação Um Novo Começo.

Não podíamos deixar de referir que não esperávamos que a declaração de Voto dos Senhores Vereadores em exercício de funções pela Coligação Maia em Primeiro argumentasse contra outra declaração de Voto. No texto da declaração de voto dos vereadores com pelouro da Coligação Maia em Primeiro, a determinada altura lemos estas afirmações e passo a citar:

“Quanto à declaração de voto da coligação Um Novo Começo...”

ou citando mais uma vez...

“Os autores das citadas declarações de voto....”

Faz-nos ficar deveras surpresos com o acesso às declarações de voto da oposição a ponto de as poder citar.

O que verdadeiramente estávamos à espera era o que diz respeito ao esclarecimento do documento em questão, o porquê da tomada de determinadas opções em orçamento por parte do executivo. Mas em vez disso, vemos:

- analisada a declaração de voto dos vereadores da oposição;

- a expressividade das eleições eleitorais questionando-se os votos que cada um dos partidos que compõe a coligação Um Novo Começo teve nas legislativas.

O que tem isso à ver com **Grandes Opções do Plano – Orçamento da Receita e Despesa e Documentos Previsionais do Município para o ano de 2020**

Relembro os números que importam, eleições autárquicas de 2017

PPD/PSD.CDS-PP	39,95% 25.774 votos
PS-JPP	36,63% 23.634 votos
B.E.	5,83% 3.759 votos
PCP-PEV	4,61% 2.974 votos
PAN	4,37% 2.820 votos
MPT	1,07% 691 votos
PPV/CDC.PPM	0,73% 470 votos
EM BRANCO	4,38% 2.825 votos
NULOS	2,44% 1.575 votos
Tenho dito.	

6

5

Responsabilidades Contingentes

Exmo. Sr. Presidente

Assin,

VENHO A ESTE RUBRICO PARA ESCLARER UM PONTO DAS
GOP E O CARACTERO QUE PARECE QUE CONTINUA A GERAR
Continua a falar-se e a existir um erro monstruoso ao nível daquilo que se
chama em sede orçamental de Contingente.

A oposição, neste caso a Coligação "Um Novo Começo", continua a, propositadamente ou por ignorância, a trazer para as contas do Município o chamado passivo contingente e a sua falta de provisão nas contas.

Ora, numa leitura atenta das GOP e do Orçamento poderemos verificar que o título do capítulo onde é abordada esta questão se chama Responsabilidades Contingentes e não passivos contingentes, o que significa que existe passivo contingente como existe activo contingente, ou seja, o valor atribuído ao que se encontra em contencioso tanto pode resultar numa responsabilidade para o Município, como pode resultar num benefício para o mesmo, tudo porque o Município é Réu em diversos processos mas autor em outros tantos.

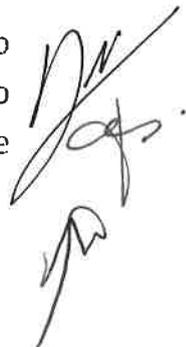
Nesta medida não tem qualquer sentido reflectir nas contas do Município, nem a lei assim o exige, o valor das acções judiciais, quer seja quando este é Autor e traduzir-se-ia num activo contingente, quer seja Réu, sendo nesse caso um passivo contingente.

Porém, ainda que os valores que a oposição apresenta pudessem e devessem ser contabilizados nos termos que nos apresentam, só nos poderíamos congratular com o departamento de contencioso da Câmara Municipal da Maia, tudo porque, em sede de campanha eleitoral a Coligação "Um Novo Começo" apresentava e divulgava como sendo passivo contingente da Camara Municipal um valor de aproximadamente 220 M€.

Ora, aos dias de hoje contabiliza como passivo contingente o valor de 70 M€, ou seja, em apenas dois anos tivemos uma redução de 150 M€ no passivo contingente...
JA FOI DITO...
A CONTINUAÇÃO DO QUE AQUI 150 M€
Se isto não é boa gestão, então não sabemos o que lhe chamar...

Mas sabemos, é demagogia...

E essa a nós não pode ser imputada, porque a Coligação Maia em Primeiro lida com a realidade e com a boa gestão baseada em números reais e não em ficções, por isso a boa saúde das contas do Município hoje apresentadas a esta Assembleia...



Pedro Miguel Marques

Coligação "Maia em Primeiro"

Assembleia Municipal da Maia
5ª Sessão Ordinária
Paços do Concelho, 2019.12.02

Ponto 3.3 da Ordem de Trabalhos

Aprovação das Grandes Opções do Plano – Orçamento e Documentos Previsionais do Município para o ano financeiro de dois mil e vinte (alínea a) do n.º 1 do artigo 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Intervenção do Deputado Municipal **JOSÉ PAULO RODRIGUES CERQUEIRA** da coligação **MAIA EM PRIMEIRO**

- Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal;
- Exmas. Sras. Secretárias da Mesa da Assembleia;
- Exmo. Sr. Presidente da Câmara;
- Exmos. Srs. Vereadores;
- Caros Companheiros Deputados;
- Estimados Maiatos;

Apenas duas notas:

A primeira, para saudar o Executivo pelo documento das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o próximo ano. O documento reflete a saúde financeira do município, revela rigor, investimento público, trabalho...e isto ajuda os cidadãos e as empresas da Maia a programar as suas vidas e a tomarem decisões, pois ficam a saber com o que podem contar naquilo a que ao âmbito de atuação da Câmara Municipal diz respeito. Este documento é um garante de atuação antecipado, devidamente quantificado e que nos últimos anos se vem efetivando quase integralmente. Tal como com os seus antecessores, o que dele emana contribuirá certamente para que o número de cidadãos e empresas maiatas continuem a aumentar. Aqui, pessoas e empresas, sabem com o que contam. Na Maia o risco é menor!

A segunda nota, tem a ver com a declaração de voto vencido a estas GOP, que os Srs. Vereadores da Coligação Um Novo Começo assinam em conjunto, em reunião de Câmara de 31 de outubro último.

A 22 de março deste ano, em reunião extraordinária do Executivo Municipal, os Srs. Vereadores da coligação da oposição, votaram contra uma operação de reestruturação da dívida dos ~~SE~~AMÁS à EDP que, contas feitas e já aqui mais do que explicadas, permitiu à Câmara Municipal poupar para o município mais de 5 milhões de euros. Exatamente uma semana depois, a 29 de março, os deputados da mesma coligação corroboraram, aqui em Assembleia Municipal, o sentido de voto dos "seus" vereadores votando de vencidos contra essa mesma operação financeira.

Ora passados que estão pouco mais de 8 meses sobre estas votações, os mesmos Vereadores que votaram contra uma operação de reestruturação de dívida, só possível de concretizar naqueles termos dado o contexto de taxas de juro que vivemos, vêm agora recomendar em tom de crítica, e passo a citar: "[...] Face às baixas taxas de juro praticadas nos mercados financeiros o município devia aproveitar para fazer uma reestruturação da sua dívida [...]".

Ao que chegamos, Srs. Deputados!

A principal premissa desta parte da oposição é ser "do contra", dizer "não"! "Não" a tudo e mais alguma coisa; e só depois é que anda atrás de argumentos que sustentem todos esses "nãos". Mas a política tem de se fazer ao contrário. Primeiro pensa-se, estuda-se, enquadra-se, justifica-se e só depois é que se decide o sentido de voto. Este ideal político de que se pode alcançar o poder sendo contra "tudo" o que o poder legitimado em eleições democráticas propõe, provavelmente é tentador, mas só o é para quem o aspira sem querer trabalhar primeiro.

Ter que ler os Vereadores da coligação Um Novo Começo proporem ao Executivo fazer em 2020 aquilo que o Executivo já começou a fazer em 2019, ainda por cima, contra a vontade desses mesmos Vereadores, é no mínimo, kafkiano.

É o desnorte que causa a ansiedade!

As vitórias não se alcançam na expectativa de que o árbitro expulse um ou dois jogadores e, uma vez em vantagem numérica, se possa marcar um golo em fora de jogo enquanto o VAR discute as mais minuciosas regras do jogo. A maioria da oposição em vez de trabalhar e contribuir com propostas que poderiam ser úteis ao Município, parece que desenvolveu internamente uma espécie de "polícia do Estado à escala municipal" para lançar suspeitas sobre "todos" os processos camarários e as pessoas neles envolvidos.

Desejava-se mais desta parte da oposição, a Maia precisa de muito mais e é por isto, Sr. Presidente, que a Assembleia Municipal vai aprovar estas GOP e respetiva Proposta de Orçamento. Para que o Sr. e a sua equipa continuem a trabalhar em prol no nosso concelho.



Exmo. Sr. Presidente, da Assembleia Municipal da Maia,

Ex.mas Secretarias da Assembleia Municipal da Maia

Exmo. Senhor Presidente da Camara Municipal da Maia,

Ex.mos Srs. Vereadores aqui presentes

Ex.mos Senhores Deputados, Exmo. Publico aqui presente e que nos vê lá em casa

A coligação “Maia em Primeiro” apresentou-se às eleições autárquicas realizadas com um compromisso claro de confiança e de estabilidade para uma comunidade harmoniosa, realizada e ainda mais feliz.

Consciente da importância que a Educação detém na construção de uma sociedade mais justa, mais competente e mais tolerante, as grandes opções para o quadriénio 2017/2021 no que a esta matéria concerne apontava, claramente, não apenas para a continuação do investimento até à data promovido, mas também para a implementação de medidas inovadoras ao nível da educação pública, particularmente dirigidas para a educação pré-escolar e para o 1.º ciclo do ensino básico. É por isso que, é com natural perplexidade que lemos a declaração de voto dos senhores vereadores da coligação “Um Novo Começo”, sobre o documento, e em particular em relação à educação diz respeito, que nos é apresentado com as Grandes Opções do Plano para 2020, e que passo a citar: “O INE traz-nos os dados de 2017, que traduz o estado da Maia no país mas, especialmente, na comparação com os municípios da AMP:

- Educação: uma das mais baixas taxas da AMP, no pré-escolar, no ensino básico e no ensino secundário”, fim de citação.

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados,

Confrontados com uma declaração desta natureza, as dúvidas são muitas em relação à natureza da mesma, quando utilizada desta maneira:

- i) Dados do INE de 2017? Gostaria muito de poder ter acesso a esses dados. Aguardamos por eles.
- v) Uma das mais baixas taxas da AMP? Estamos a falar o quê ou a comparar o quê? Como se comparam municípios com estádios de desenvolvimento, e qualidade, de edificado e do seu processo educativo? Como se pode comparar o incomparável, caindo-se em generalizações inaceitáveis, sem qualquer fundo de sustentabilidade?

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados,



Falar de Educação na Maia, é falar da grande bandeira do município de há muitos anos a esta parte, com resultados evidentes, tornando-a, pelas suas boas práticas, uma referencia na AMP e no país, sendo caso de estudo pela qualidade do seu edificado mas, acima de tudo, pelas suas práticas inovadoras, e pela capacidade do seu trabalho em rede com todos os intervenientes do processo educativo, sempre na defesa do superior interesse das comunidades educativas maiatas mas, acima de tudo dos seus alunos. Não será por acaso, a referência diferenciadora que o CNE faz no seu documento sobre o “Estado da Nação”, ao projeto SUPERTABI, como projeto de referência nacional de “implementação de espaços inovadores de aprendizagem no 1º ciclo do Ensino Básico”.

Os números de investimento em educação na Maia, são do conhecimento de todas as forças políticas com assento nesta Assembleia, muitos deles ratificados em anteriores mandatos, e expressos no mapa (aprovado por esta AM) de execução do Plano Plurianual de Investimento e a realidade que isso tem significado na AMP e no país, com as maiores referencias elogiosas às praticas educativas maiatas. Só uma motivação política incompreensível, poderá escamotear esta realidade e afirmar o contrário.

Falar de educação, hoje na Maia é falar, mais do que nunca, de requalificação, modernização e maior conforto das nossas escolas, desde o pré-escolar ao ensino secundário, motivando os alunos a aprender, mas, também, os professores a ensinar.

Mas porque a Escola é mais do que pessoas e betão, falamos também de inovação e de projetos como o PEPPA (inglês no 1. e 2. Anos, a compreensão e o domínio oral da língua inglesa prepara as crianças de hoje para serem jovens adultos plenamente integrados, em regime de coadjuvação; Yoga desde os 3 anos com continuação no âmbito do 1º ciclo numa AEC e o Desafios (equidade na educação - soluções de escola a tempo inteiro para crianças com necessidades de saúde especiais, com natação adaptada, hipoterapia e musicoterapia. Férias para estes meninos, que de outra forma obrigariam os cuidadores a ficar em casa, por falta de respostas nesta área), o SUPERTABI Maia, com o alargamento do projeto a mais 7 turmas do 3º ano de escolaridade. A educação na Maia continua no bom caminho, mas precisa que continue a ser um projeto de todos, onde mais do que a critica pela critica, se comece no nosso concelho o pacto de regime que a educação nacional precisa.

A educação tem que ser, acima de tudo, uma aposta forte e decidida, nas gerações do amanhã!

Perante o exposto, a Coligação “Maia em Primeiro” vota a favor das GOP, também no que respeita às opções tomadas para a área da educação.

Perante o exposto, a Coligação “Maia em Primeiro” vota a favor das GOP, também no que respeita às opções tomadas para a área da educação.

Votos de um Feliz Natal e um Ano Novo cheio de sucessos e realizações!

DISSE

A Coligação “Maia em Primeiro”.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia,
Exmas. Senhoras Secretárias da Mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
Exmas. Senhoras e Senhores Vereadores
Exmas. Senhoras e Senhores Deputados
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Senhor Presidente,

Os Orçamentos da Câmara Municipal tem sido ao longo dos últimos anos, direi mesmo de décadas, orçamentos elaborados de uma forma realista, sustentável e transparente.

Tem sido com a aprovação e posterior execução destes orçamentos que Maia se tem desenvolvido de uma forma sustentável e equitativa.

Este orçamento não foge a essa regra, está elaborado dentro dos critérios do rigor, transparência e sustentabilidade.

Aliás, a prova de que assim é, é o facto de cada vez haver mais pessoas a preferir viver na Maia, de cada vez haver mais empresas a operar na Maia e como se pôde constatar ainda na semana passada, até as instituições de cariz humanitário e solidário procuram a Maia para aqui construir equipamentos de importância vital para o sector Social.

Senhor Presidente, o orçamento que hoje iremos votar é um excelente orçamento.

É com este orçamento e á semelhança dos orçamentos que sucessivamente tem sido aprovados por esta assembleia que a Maia se vai, paulatinamente, desenvolvendo.

Este orçamento em comparação com o orçamento de 2019, cresce cerca de 11 %. Gostaríamos todos que o crescimento fosse maior, mas por estranho que pareça o crescimento da economia ainda é muito baixo e os estímulos dados pelo Governo ainda são mais baixos e em muito casos são mesmo negativos. Mas isto é uma consequência dos défices baixos em países pobres e Portugal é de facto um país pobre.

Mesmo assim a Camara Municipal prevê investir cerca de 43 % do valor do orçamento. É pouco ? É muito ? Nós dizemos que é excelente. Quase que podemos dizer que os valores que a Camara Municipal recebe em imposto directo e pagos pelos Maiatos são

totalmente canalizados para o investimento. Se calhar é por isso que as pessoas querem viver na Maia. Sabemos que a oposição não partilha muito esta realidade, está mais focado nos tais estímulos negativos.

Dizemos, também, que este orçamento é excelente porque cerca de 30 % deste mesmo orçamento é canalizado para as Funções Sociais onde se destacam a Educação, a Habitação e a Acção Social.

Senhor Presidente o Executivo demonstra com este orçamento que exerce uma gestão de excelência. Para além dos valores alocados, quer para a despesa de capital quer para as funções sociais, não descarta o endividamento do Município continuando a baixar a dívida sem por em causa o equilíbrio financeiro, bem como tem vindo a resolver os passivos e os activos contingentes, que para a oposição são tudo passivos e depois e como tudo somado dá muitos milhões, a oposição entra em pânico. Mas pronto, para sossegar a oposição, podemos dizer que o impacto que os passivos contingentes poderão ter nas contas do Município rondará um valor que não chegará aos 10 Milhões, muito longe dos tais 70 Milhões.

Senhor presidente, a coligação Maia em Primeiro não está preocupada com a oposição quando diz que o executivo não tem uma estratégia para a Maia, não tem capacidade e não tem coerência, estaríamos preocupados isso sim era se as empresas saíssem da Maia, se as Pessoas fossem morar para os concelhos vizinhos, se a Camara municipal, á semelhança do Ministro Centeno, não pagasse aos credores, tivesse o dinheiro guardado na gaveta para se gabar que tinha um excedente de tesouraria como quem diz, que já não sabe o que fazer ao dinheiro, se assim fosse estaríamos muito preocupados, mas não é o caso.

Senhor Presidente, é com este sentimento por parte dos autarcas da Coligação Maia em Primeiro, que contamos e continuaremos a servir a Maia e os Maiatos. Sabemos qual o caminho que teremos que percorrer e seguiremos esse caminho.

Senhor Presidente da Câmara, a Maia e os Maiatos confiam em si e o que esperam de si é que continue a fazer da Maia um concelho atractivo que para as empresas quer para as Pessoas.

Por tudo isto, votaremos favoravelmente estes Documentos.

Maia, 02/DEZ/2019

(Cândido Graça)
(Coligação “ Maia em Primeiro “)